

Diário do Legislativo de 09/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 49ª Reunião Especial

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 49ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 25/10/99

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Arlen Santiago - Palavras do Sr. Luiz Fernando Reis - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Hely Tarquínio - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Mauri Torres - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Marco Régis, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Luiz Fernando Reis, Diretor-Vice-Presidente do CIEE-MG; Édio Vieira de Azevedo, representando os membros fundadores do CIEE-MG; Rômulo de Avelar, Presidente de honra do CIEE-MG; Ten.-Cel. Jean Batista de Araújo, Subcomandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; as Exmas. Sras. Luziana Lana, Diretora Executiva da Associação Comercial de Minas Gerais; e Aracy Amorin, Diretora do Instituto de Educação de Minas Gerais; e o Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais - CIEE-MG - pela passagem de seus 20 anos de atividades.

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta sessão, representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ilmo. Sr. Luiz Fernando Reis, Vice-Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais e ex-estagiário do CIEE-MG; Ilmo. Sr. Édio Vieira de Azevedo, representante do membros fundadores; Ilmo. Sr. Rômulo de Avelar, Presidente de honra do CIEE-MG; Ten.-Cel Jean Batista de Araújo, Subcomandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; Ilma. Sra. Luziana Lana, Diretora Executiva da Associação Comercial de Minas; Ilma. Sra. Aracy Amorim, Diretora do Instituto de Educação do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Deputados João Pinto Ribeiro e Doutor Viana; caro companheiro, membro do CIEE-MG, Coronel Colomarte, senhores, senhoras, jovens que já fazem o presente e farão o futuro brilhante do País, imprensa, está escrito, no art. 205 da Constituição Federal, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Antecipando-se em 23 anos ao mandamento constitucional, o CIEE-MG foi constituído em 4/5/65 e adquiriu personalidade jurídica em 8 de junho desse mesmo ano. Entretanto, como o País experimentava os momentos difíceis dos primeiros tempos do regime autoritário, a instituição só se tornou realidade 14 anos mais tarde, no dia 8/12/79.

A instituição nasceu de um esforço conjugado de educadores e empresários que se associaram com o objetivo principal de promover a integração entre os setores citados e, dessa forma, incrementar o desenvolvimento profissional dos estudantes do ensino médio e da educação superior. Com esse propósito, tem mantido, ao longo destes 20 anos de existência, as portas abertas para receber aqueles que quiserem somar forças em prol da comunidade estudantil e do crescimento econômico e social de Minas.

Como todos sabemos, o Brasil vem passando, nos últimos anos, por profundas e marcantes transformações que se estendem a todos os setores de atividades e tendem a se acentuar nos dias atuais. A sociedade, convivendo com a perigosa proximidade de uma crise econômica, política e social sem parâmetros no curso de nossa história, está a reivindicar uma participação cada vez maior nas grandes decisões nacionais.

Em tais circunstâncias, as instituições que não souberem se adequar à realidade brasileira estarão, inevitável e inexoravelmente, condenadas ao fracasso. Acompanhar as mudanças e renovar-se a cada dia, abrindo novas frentes de trabalho, é o que tem feito nosso homenageado, em suas duas décadas de existência. Por isso, afirmamos, com convicção, que não só está plenamente apto a enfrentar os desafios próprios dessa quadra da vida nacional como também a prolongar sua ação benéfica por um longo e glorioso futuro.

Faz-se cada dia mais necessária a consciência de que o curso superior deixou há muito de ser uma referência, para se tornar um requisito indispensável num mercado de trabalho altamente competitivo. Na verdade, é o mínimo que se exige numa era de economia globalizada. Por isso, os estudantes que quiserem ter êxito na vida profissional devem pensar seriamente em adquirir, ainda durante a fase de preparação acadêmica, a vivência concreta da ocupação que pretendem exercer. O estágio é, sem dúvida, a melhor maneira de se atingir esse objetivo, pois, além de ensinar na prática o exercício da profissão, multiplica as oportunidades de emprego, tão raras em épocas áspers como a atual.

É a partir desses referenciais que poderemos fazer uma idéia do valor da ação desenvolvida pelo CIEE-MG. A título de exemplo, só no último bimestre, foram mais de 100 jovens estudantes que, beneficiados com o programa de estágios mantido pela instituição, foram colocados nas empresas conveniadas.

Na verdade, todos saem ganhando. As empresas lucram com a redução dos custos operacionais, com a melhor qualificação dos futuros funcionários e com o preparo de reservas táticas e técnicas de pessoal sem necessidade de grandes investimentos. Ficam ainda isentas de obrigações sociais, visto que o acolhimento dos estudantes, nessas condições, não gera vínculo empregatício de nenhuma natureza. Habilitam-se, ainda, a gozar de benefícios fiscais a título de incentivo.

As escolas ganham por intermédio da criação de meios de intercâmbio permanente para cooperação técnica com as organizações empresariais, pelo aumento da troca de informações de interesse comum com os segmentos produtores e pelo aprimoramento da qualidade do ensino. A atividade docente, sem perder a ênfase teórica, passa a ser mais realista, e a motivação nas salas de aula tende a crescer a partir do maior interesse do aluno pela prática profissional. Os novos conhecimentos decorrentes da experiência de trabalho em condições reais tornam-se um importante fator de incremento à aprendizagem e de estímulo ao estudo sério e constante.

Durante o período de estágio, os estudantes têm o ensejo de colocar à prova a bagagem intelectual adquirida na escola. Ganham também a oportunidade de se relacionar com técnicos ligados à futura profissão, o que é de extrema utilidade para complementar a formação acadêmica.

A identificação mais clara da finalidade dos estudos, a redução da natural insegurança - que, normalmente, persegue o recém-formado - e o incentivo ao exercício do senso crítico, da observação e da criatividade são outros resultados importantes das oportunidades propiciadas pelo CIEE-MG àqueles que se preparam para integrar os quadros da mão-de-obra especializada.

Em coerência com a filosofia de apoiar o estudante, desde a escolha da profissão até o ingresso no mercado de trabalho, o Centro instituiu o Programa de Encaminhamento de Recém-Formados. Por meio dele, os ex-estagiários que concluíram o curso nos últimos 18 meses são cadastrados pelo Setor de Desenvolvimento de Talentos Humanos, para concorrerem às vagas de emprego nas empresas que participam como membros e cooperadoras da instituição. Constantemente, minicurrículos dos candidatos são enviados aos Departamentos de Pessoal das empresas colaboradoras, por meio do informativo "Estágios" e pelo sistema de mala direta.

A entidade vem investindo também na parceria com os municípios, que, mediante convênios, passam a contar, em seus quadros, com o reforço extra dos estagiários. Abrem-se, assim vagas para os jovens desejosos de aperfeiçoar sua formação.

Em 20 anos de atuação, o CIEE Minas tem desempenhado, com dedicação e eficácia, a relevante missão de ser o elo entre a teoria e a prática, que aproxima a sala de aula da realidade do trabalho. Com isso, vem promovendo o desenvolvimento profissional e sociocultural dos estudantes mineiros, constituindo-se num importantíssimo canal de comunicação entre o fazer e o saber, colocando este último a serviço da promoção econômica e social do Estado.

Desta tribuna têm sido expostos, constantemente, os grandes problemas de Minas Gerais. Hoje, com satisfação e orgulho, queremos mostrar soluções que, por sua excelência, têm sido copiadas no Brasil inteiro. É com alegria que exaltamos o belo trabalho assistencial que, por 20 anos, vem sendo desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais, parceiro destacado na busca de novos horizontes para nossa gente.

Sabemos que Minas Gerais tem o dobro do tamanho do Japão e 10% da sua população. O Japão faz tremer o gigante Estados Unidos da América, porque, há mais de 100 anos, resolveu investir em educação. Um país com terremotos, maremotos, sem matéria-prima, consegue esse grande desenvolvimento. E é esse o único caminho pelo qual o Brasil e a nossa Minas Gerais poderão e terão de seguir.

Saudamos a instituição na pessoa de seu Vice-Presidente, Luiz Fernando Reis, do Conselho Fiscal, dos membros fundadores, titulares e beneméritos, dos funcionários e, principalmente, dos estagiários.

Saudamos, também, um convidado ilustre que está aqui hoje, que é o Instituto de Educação, com a sua Diretora Araci Amorim e esses jovens que, com certeza, estão buscando aquilo que o CIEE tem oferecido para a nossa Minas Gerais.

Se instituições de ensino e empresários seguissem, pelo Brasil afora, o caminho apontado pelo nosso homenageado, certamente a história das relações entre educação e trabalho em nosso País seria muito diferente.

Parabéns ao CIEE por esses 20 anos de trabalho sério, correto e honesto! Temos a certeza de que esse exemplo está grassando em Minas Gerais. E, desta tribuna, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem por obrigação homenagear a quem faz certo. O nosso País hoje está muito naquela onda do que é ruim, e sempre temos visto coisas ruins, e essas grandes idéias como o CIEE, às vezes, passam despercebidas.

Receba Luiz Fernando, receba CIEE, receba Minas Gerais a homenagem desta Casa, onde os anseios da população retumbam. É uma alegria muito grande podermos, nesta noite, estar juntos e bater palmas para o CIEE. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Fernando Reis

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que preside esta sessão, em nome do qual cumprimento todos os componentes da Mesa, jovens estudantes aqui presentes, senhoras, senhores, Srs. Deputados, o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais, carinhosamente chamado de CIEE-MG, sente-se extremamente honrado com esta homenagem que lhe presta o povo de Minas Gerais, através de seu Poder maior de representação, esta Assembléia Legislativa, por iniciativa do nobre Deputado Arlen Santiago.

O CIEE-MG nasceu para atender à sociedade mineira, e este reconhecimento nos dá a sensação do dever cumprido. Sabemos que há muito que fazer e, a cada dia, contamos com a participação e a dedicação de homens e mulheres devotados particularmente à causa da educação, à causa do jovem, à causa do trabalho.

Estamos, com muito orgulho, comemorando 20 anos de trabalhos contínuos. Digo trabalho contínuo, pois que já em meados da década de 60 homens empreendedores iniciavam a sementeira dessa grande planta.

Com a colaboração da Escola de Engenharia da UFMG, na pessoa do Prof. Édio Vieira de Azevedo, e com a participação ativa da CEMIG, da Belgo-Mineira, da Vale do Rio Doce, da USIMINAS, da FIEMG, da Pontifícia Universidade Católica e do Centro das Indústrias das Cidades Industriais, um grupo de pessoas de relevo da sociedade iniciava o trabalho de integração empresa-escola.

Naquela oportunidade tínhamos o Dr. Waldir Soeiro Emrich como Diretor-Presidente do CIEE-MG e, ainda, o Dr. Geraldo Parreiras, o Dr. Mário Pereira Orsini, o Dr. Jurandir Carvalho Lamego e o Dr. Celso Cabral como seus companheiros de Diretoria.

Corria o ano de 1965. Infelizmente, poucos registros temos desse período.

Em 1971, verifica-se o registro de um novo estatuto social do CIEE-MG. Compondo o grupo de apoio, figuram o Dr. Ruy de Castro Magalhães, o Dr. Raymundo Batista Sabino, o Dr. Adolfo Neves Martins da Costa, o Dr. Moacyr Mascarenhas de Moraes, o Dr. Pietrino Ditta, o Dr. Luiz Carlos de Portilho, o Dr. Wilbe Curty Ribeiro e o Dr. José Antônio de Oliveira, além dos que já participavam da primeira iniciativa. Registramos, ainda, a participação do Prof. Agnelo Corrêa Viana, do Dr. Ermani Luiz Silva de Castro e do Dr. Manoel Hígino dos Santos. Também desse período os registros são parcos.

Somente em 1978, através da Lei nº 6.494 é que foram finalmente estabelecidos os critérios para a realização de estágios, possibilitando estes a experiência do relacionamento humano e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico.

A regulamentação desta lei veio em 1982, com o Decreto nº 87.497. A ausência de um disciplinamento jurídico-legal prejudicou significativamente essas primeiras iniciativas.

Em 1978, um novo grupo retoma a idéia de instalar em Minas Gerais um Centro de Integração Empresa-Escola. Tivemos a felicidade de ter à frente desse grupo pessoas como os Profs. Waldemar Dornas Pereira, Hélio José Muzzi de Queiroz, Sebastião Alvino Colomarte, o Dr. Antônio Eustáquio Óliver, a Profa. Therezinha Dardengo, o Dr. Rômulo Avelar, o Prof. Jenner Procópio Alvarenga, os Drs. Mozart Smith Camargos, Tasso Assumpção, Abílio Machado Filho, Mário Sila Reis, Francisco Pereira da Silva e Evandro José Neiva, entre outros que se destacaram nas iniciativas anteriores. Nesse trabalho valeu muito a participação do Prof. Victório Palmieri, verdadeiro idealizador do movimento CIEE, que então dirigia o CIEE de São Paulo. Não medi esforços para viabilizar o CIEE-MG, o que veio efetivamente a ocorrer em 8/12/79. A primeira diretoria dessa nova fase foi composta pelo Dr. Rômulo Avelar, como Presidente, acompanhado pelos Drs. Adolfo Neves Martins da Costa, Abílio Machado Filho, Tasso Assumpção Costa e Mozart Smith Camargos. Foram tempos muito difíceis! Somente pela determinação desse grupo e, particularmente, do Prof. Waldemar Dornas Pereira, é que foi possível vencer as intempéries e chegar a estes 20 anos.

Muitos têm dado sua colaboração, e nomeá-los todos tomaria muito tempo. Dentre todos sobressai o Prof. Dornas, hoje o exemplo maior, de fibra, decisão e dedicação aos ideais do CIEE. Orgulhamo-nos muito de tê-lo em nossa companhia, e sempre à frente. Na pessoa do Professor Dornas, sintam-se todos homenageados.

O compromisso institucional do CIEE-MG é ser o elo entre a empresa, que necessita de recursos humanos bem-formados, e a escola, que prepara o profissional que irá planejar e executar todas as atividades da empresa. Não havendo diálogo entre esses dois pólos, o terceiro, que é o estudante, certamente terá imensas dificuldades para o aprimoramento de seu aprendizado e a sua inserção no mercado de trabalho. O CIEE-MG é o facilitador desse diálogo, muitas vezes difícil, mas sempre muito proveitoso para toda a sociedade.

O estágio para estudantes tem sido a nossa atividade principal, contudo não a única. Centrados no estudante, vários programas são desenvolvidos pelo CIEE-MG, dentre os quais destaque: o Programa de Informação Educacional Profissional, que ajuda o estudante na escolha da profissão; o Programa de Informação Profissional, que possibilita ao estudante conhecer todas as profissões; o Programa de Encaminhamento de Recém-Formados. Nesse programa, os ex-estagiários que concluíram o curso nos últimos 18 meses são cadastrados para divulgação junto às empresas que cooperam com o CIEE-MG.

Os dados estatísticos mostram que estavam fazendo estágio, no ano de 1994, 4.508 estudantes. Em 1998, 4 anos depois, este número cresceu para 14.933. Em 1999, até outubro, já contamos 10.156 estudantes a fazer estágio.

Os dados são muito significativos, e as pesquisas com ex-estagiários só nos enchem de alegria, por ver que mais de 60% deles se encontram efetivamente inseridos no mercado de trabalho, como excelentes profissionais.

Quero ainda destacar que, pelo caráter filantrópico que caracteriza o CIEE-MG, todos os recursos arrecadados com os programas desenvolvidos são integralmente utilizados nas atividades institucionais.

Em 1998, foram pagas, através do Fundo Interno de Bolsa-Auxílio, um fundo mantido e gerido pelo CIEE-MG a partir das contribuições que recebe, 99.808 bolsas-auxílio. Em 1999, já são 72.608. Esse número tende a crescer, como cresce a atuação do CIEE em Minas.

Além de Belo Horizonte, o CIEE-MG está presente em Juiz de Fora, Varginha, Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia e Contagem, contando sempre com a colaboração e a participação de pessoas dessas comunidades no apoio às suas iniciativas, além das associações comerciais e industriais locais.

Em nível nacional, o Sistema Nacional CIEE, que tem sede em Brasília, congrega unidades autônomas situadas, além de Minas Gerais, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Espírito Santo, todas ligadas pelo mesmo interesse de atender à comunidade, em especial aos jovens, às escolas e às empresas, com o mesmo caráter filantrópico. Esse é o movimento CIEE que contagia e estimula todos os que com ele tomam contato.

Nós, membros fundadores, membros titulares, membros beneméritos e membros cooperadores, somos recompensados pelo que podemos oferecer ao CIEE-MG com a graça e a alegria de fazermos o bem para o jovem estudante, como um pai que busca mostrar, entre tantos, o melhor caminho para seu filho. E isso para nós é mais que suficiente.

Ao Deputado Arlen Santiago, mais uma vez, obrigado. Obrigado pelo reconhecimento traduzido nesta homenagem. Obrigado pela colaboração que nos tem emprestado, particularmente na região de Montes Claros. Estamos certos de que podemos contar com o apoio de V. Exa.

Como disse no início, o CIEE-MG nasceu da vontade férrea de homens dedicados, desprendidos, comprometidos com o futuro sadio de nossos jovens. Muitos já se foram e nos deixaram como herança o seu exemplo. Peço licença a todos para homenageá-los na pessoa de Mário Silas Reis, meu irmão, que também já se foi, e ensinou-me, juntamente com Maria Elizabete Reis, também devotada colaboradora da causa do CIEE-MG, como é importante valorizar o trabalho, as pessoas e a vida. Que o testemunho desses homens seja para nós, que prosseguimos nesta jornada, fonte perene de sabedoria para conduzirmos os destinos do CIEE em Minas.

O nosso compromisso com a educação e com o estudante se renova a cada dia. Em nome de todas as pessoas ligadas ao CIEE-MG, especialmente da diretoria atual, que é composta pelo Dr. Márcio Mendes Ferreira, Presidente, por mim e pelo Dr. Arlindo José Pinto de Castro, Vice-Presidentes; pelos Drs. Gustavo Heitor Araújo Abreu e José Pereira de Toledo, Secretários; pelos Drs. Luiz Mota Pinto Coelho e Plínio de Souza Filho, Diretores Financeiros, membros do Conselho Fiscal, e dos funcionários, esperamos honrar, sempre, o nome desta Minas Gerais, fazendo-o sempre forte e vitorioso e, acima de tudo, conservando o ideal de liberdade que carregamos no sangue. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Luiz Fernando Reis, Vice-Presidente do CIEE-MG, placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Na pessoa do Diretor-Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE-MG -, Dr. Márcio Mendes Ferreira, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia, no transcurso dos 20 anos da Instituição, o pioneirismo do trabalho de educadores e empresários empenhados na luta pela finalidade do ensino e pelo desenvolvimento do País, sob o signo do saber-fazer. Belo Horizonte, 25 de outubro de 1999".

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem dedicado, nesta gestão, considerável tempo e espaço às reformas institucionais requeridas pela Nação.

No cenário amplo em que a reformulação da política econômica e a revisão do pacto federativo assumem fundamental importância para o País, a questão educacional se insere como das mais prioritárias.

Na semana que passou, por exemplo, encerramos, com grande êxito, o Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais. Na agenda do encontro, um aspecto que mereceu atenção foi a questão do ensino profissionalizante, como ferramenta e garantia para o ingresso do estudante no mercado de trabalho.

Estamos, hoje, homenageando o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais, pela passagem de seu 20º aniversário. Ocorre-nos, portanto, essa oportuna associação de idéias: estamos prestando tributo a uma entidade que serve de ponte, exatamente, entre a estrutura da educação e o mundo empresarial. Em outras palavras, ela contribui para que o ensino profissionalizante não se torne apenas mais um item no "currículo" do jovem.

Não nos vamos aqui estender sobre a trajetória percorrida pelo CIEE nestas duas décadas. Sabemos que o período foi de atividade profícua e de inestimáveis serviços prestados à sociedade mineira. Preferimos, antes, ater-nos aos objetivos de nossa homenageada, cuja missão vem sendo tão bem cumprida, que originou a reunião de hoje.

A filosofia institucional da reciprocidade e da complementaridade e o papel de agente de integração entre empresas e escolas constituem a motivação do CIEE. Sua atividade-fim é, em outras palavras, o desenvolvimento de programas de apoio aos estudantes, auxiliando-os na escolha da futura profissão, passando pela divulgação de informações profissionais, proporcionando estágios nas empresas e encaminhando os recém-formados a seus futuros empregos. Vemos, portanto, que o Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais cobre um ciclo inteiro, em benefício da juventude de nosso Estado. O mérito de sua atividade cresce aos nossos olhos, quando verificamos que se trata de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos.

O CIEE é uma das instituições que mais têm colaborado no processo de construção da cidadania. Numa época em que o desemprego - fruto de políticas macroeconômicas equivocadas - representa um flagelo para o povo brasileiro, vemos, como o CIEE, que nem tudo está perdido.

Esse ideal de educadores e empresários, cuja história remonta ao ano de 1965, deveria ser cultivado pela elite brasileira como um todo. Afinal, não poderemos construir o Brasil do futuro se a nossa mocidade estudiosa chega ao fim do curso para cair na ociosidade forçada. Contra essa situação é que se empenha o nosso homenageado.

O encontro de hoje se origina em requerimento do nobre companheiro Deputado Arlen Santiago. Só podemos, na condição de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, endossar calorosamente a iniciativa do ilustre parlamentar. Ao Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais, por seus dirigentes e funcionários, apresentamos a mensagem de apreço e as felicitações do mineiro, ao ensejo do seu 20º aniversário de fundação. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 26/10/99.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/11/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados no exercício de 1999 às crianças e aos adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais, na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários-mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, pedindo informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações ao Presidente da AÇOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos relativos ao IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Vale do Jequitinhonha, solicitando ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos Governos Municipal, Estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 540/99, do Deputado Eduardo Hermeto, solicitando à COPASA-MG o levantamento dos credores com os quais a referida empresa estava em atraso em 31 de dezembro de 1998, na forma que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 541/99, do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda sobre o resultado obtido com a implementação da Lei nº 13.243/99, de 23/6/99, referente à concessão de anistia parcial de multas e juros aos contribuintes em débito com o Estado, tendo em vista o término do prazo para a habilitação ao benefício. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17/99, do Deputado César de Mesquita, que suprime o § 2º do art. 288 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99, da Deputada Elbe Brandão, que altera a Seção III do Capítulo II do Título IV da Constituição do Estado e acrescenta dispositivo ao art. 242, que dispõe sobre a política de turismo no Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 62 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Recebidas as Emendas nºs 1 a 4.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 229/99, do Deputado Alberto Bejani, que altera dispositivos da Lei nº 12.040, de 28/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.393, de 6/1/94, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 284/99, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre cobrança de emolumentos das entidades de assistência social. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 373/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 410/99, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 418/99, do Tribunal de Justiça, que altera o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4 e 6, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 7 a 10, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 5, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 6, da Comissão de Justiça, a Emenda nº 10, da Comissão de Administração Pública, e Emendas nºs 11 e 12, que apresenta; e Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 7, da Comissão de Administração Pública, na forma das Subemendas nºs 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 5, 8 e 9.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 424/99, da Procuradoria-Geral de Justiça, que altera o Plano de Carreira do Servidor Efetivo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 448/99, do Governador do Estado, que revoga as Leis nºs 12.459, de 13/1/97, e 12.763, de 14/1/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 449/99, do Governador do Estado, que revoga o art. 9º da Lei nº 11.050, de 19/1/93, modificado pelo art. 28 da Lei nº 11.406, de 26/1/94, que dispõe sobre verba honorária atribuída aos membros dos conselhos curadores de órgãos colegiados equivalentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Governador do Estado a conceder a servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de quarenta horas semanais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 328/99, do Deputado Márcio Kangussu; 440/99, do Deputado Agostinho Silveira; 365/99, do Deputado Pastor George; 395/99, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 267/99, do Deputado Márcio Cunha e do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 856, 857, 864, 865 e 866/99, do Deputado João Leite.

Finalidade: ouvir pesquisadores da Fundação João Pinheiro sobre o tema "Segurança Pública" e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. Eduardo Cerqueira Batituci, Luiz Flávio Saporì, Paulo César de Campos Morais, Sérgio Luiz da Silva Félix, pesquisadores da Fundação João Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 16/99, do Deputado Anderson Aduino; Projetos de Lei nºs 89/99, do Deputado Miguel Martini; 580/99, do Deputado Luiz Fernando Faria; 583/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 842/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 848/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 850/99, do Deputado Antônio Andrade; 855/99, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 817, 819 e 820/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 836/99, do Deputado César de Mesquita; 868/99, do Deputado João Paulo; e 859/99, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 451/99, do Deputado Edson Rezende; 346/99, do Deputado Amílcar Martins.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 816/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 830/99, da Deputada Maria Olívia; 847/99, do Deputado Antônio Roberto; 851/99, do Deputado José Braga.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos n°s 843 a 846 e 861/99, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO FUNDO SOMMA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 11/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Ricardo Ribeiro Tunes e Robson Napier, respectivamente, Diretor de Operações e Gerente do Departamento de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano do BDMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 11/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 16/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o aumento abusivo do preço do cimento e a possível cartelização e prática de "dumping" no setor cimenteiro do Estado.

Convidados: Srs. Teodomiro Diniz Camargo, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais -SINDUSCON-; Stefan Bogdan Salej, Presidente da Federação da FIEMG; Paulo Maurity Duarte de Magalhães, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais - SICEPOT-; Marco Túlio Filardi, engenheiro e proprietário da Habit Arte Construtora Ltda. - HABITARTE-; Tânia Vaz Máximo, Gerente da Nadil Materiais de Construção Ltda.; Antônio Carlos dos Santos, proprietário do Depósito de Material de Construção Ducarlos Ltda.; Valdivino Pereira de Aquino, proprietário da empresa Garra Construções Gerais Ltda.; Geraldo César Rodrigues Machado, proprietário da Larcon Empreendimentos e Construções Ltda.; e Sérgio Bandeira, Diretor Comercial da Camargo Corrêa Cimentos S.A. - CCC.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eduardo Brandão, Ailton Vilela, Antônio Genaro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/99, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir a Previdência municipal, visando obter esclarecimentos sobre a intenção manifestada pelo INSS de bloquear o Fundo de Participação dos municípios que optaram pelo regime próprio de previdência, com a presença dos seguintes convidados: Superintendente Estadual do INSS; Presidentes da Federação Mineira das Associações Microrregionais de Municípios - FEMAM -; da Associação Mineira de Municípios - AMM -; da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri - AMUC -; da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -; da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP -; da Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Pardo - AMARP -; da Associação dos Municípios da Microrregião do Baixo Sapucaí - AMBASP -; da Associação dos Pequenos Municípios de Minas Gerais - ASPEMG -; Vice-Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene - AMAMS - e Sra. Laura Maria Fernandes Rodrigues Dias.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Paulo Piau, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão de

Administração Pública; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 10/11/99, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 18/99, da Mesa da Assembléia, que extingue o Fundo de Previdência Complementar do Servidor da Secretaria da Assembléia do Estado de Minas Gerais - PRELEGIS.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. José Pedro Rodrigues, Diretor da Área Financeira da COPASA-MG, e Aloísio Vasconcellos, Diretor da Área de Distribuição da CEMIG; e de se discutir a aplicabilidade do Projeto de Lei nº 489/99, do Deputado Bené Guedes, que dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento das tarifas de água e luz no Estado.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da CPI do Sistema Financeiro

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Arlen Santiago, Dinis Pinheiro, Doutor Viana, Ronaldo Canabrava e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/11/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programar o dia e o horário das reuniões.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1999.

Mauro Lobo, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 749/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a proposição em epígrafe pede ao Presidente da Assembléia Legislativa que seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável solicitando as seguintes informações a respeito do licenciamento ambiental para rebaixamento do lençol freático da Mina do Córrego do Feijão, explorada pela empresa Ferteco Mineração S.A., localizada no Município de Brumadinho:

- estágio atual de desenvolvimento e implantação do projeto de rebaixamento do lençol freático, tendo em vista que a licença de instalação concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, em 11/12/97, já se encontra vencida desde 11/12/98;

- estudos hidrogeológicos que demonstrem e garantam a não-interferência do referido rebaixamento nas nascentes e demais águas subterrâneas da vertente da serra dos Três Irmãos, situadas em terras do Município de Mário Campos;

- sistema de garantias e compensações pelos danos ambientais causados pelo rebaixamento proposto.

Com o argumento de que, "não havendo dados seguros que possam embasar as respostas às questões formuladas", o autor solicita, ainda, sejam suspensas as atividades licenciadas, até que se providenciem estudos técnicos capazes de esclarecê-las de forma eficiente.

Após ter sido publicada, vem a proposição à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio do requerimento sob comento, vale-se da prerrogativa que lhe confere o art. 100, IX, c/c o art. 102, VIII, "c", do Regimento Interno desta Casa, qual seja poder encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação às autoridades estaduais versando sobre matéria de sua competência.

A atividade minerária, por sua natureza transformadora do solo e do subsolo, é capaz de gerar graves desequilíbrios nas áreas exploradas, com conseqüências nefastas para as comunidades bióticas, e, por isso, deve ser submetida a estreita vigilância e fiscalização do poder público, para minimizar seus efeitos.

O controle da poluição nas áreas sujeitas à mineração e a reabilitação das áreas degradadas são responsabilidades do minerador, do Governo e da comunidade, tendo em vista o interesse de todos na busca e no uso de recursos minerais e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A intervenção do poder público tem o sentido principal de prevenção do dano, não sendo uma faculdade, mas um dever constitucional, como dispõe o art. 225 da Constituição Federal.

É importante acrescentar que os recursos minerais, pertencentes à União, constituem propriedade distinta da do solo, e sua exploração somente poderá ser efetuada mediante

autorização ou concessão dessa entidade política (art. 176, "caput", e § 1º, da Constituição Federal).

Mas, mesmo assim sendo, por ser a atividade altamente poluidora e de degradação do meio ambiente, fica sujeita a constante fiscalização e controle. No Estado, o Conselho de Política Ambiental - COPAM - é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das normas de proteção e controle ambiental, e a instalação e o funcionamento de qualquer fonte poluidora depende de licença de instalação ou de autorização de funcionamento desse órgão, após exame de impacto ambiental.

A Constituição da República exige, para a instalação e o funcionamento de qualquer atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, obrigando aquele que explorar recursos minerais a recuperar o ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente (art. 225, § 1º, IV e § 2º, da Carta Magna).

Dessa forma, consideramos conveniente e oportuna esta solicitação, por versar sobre matéria atinente ao controle e à preservação do meio ambiente, por ser indispensável à vida humana e aos demais seres vivos.

Mas, com relação à segunda parte da proposição, de que "não havendo dados seguros que possam embasar as respostas às questões formuladas, que sejam suspensas as atividades licenciadas, até que se providenciem estudos técnicos capazes de esclarecê-los de forma eficiente", parece-nos pedido intempestivo, tendo em vista que o órgão competente para encaminhar a este parlamento as informações que o subsidiarão ainda não se manifestou.

Em virtude dessas considerações, entendemos por bem acatar somente parte do requerimento, pelo que adiante apresentaremos emenda supressiva.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 749/99 com a Emenda nº 1, nos termos que se seguem.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o seguinte parágrafo:

"Não havendo dados seguros que possam embasar as respostas às questões formuladas acima, que sejam suspensas as atividades licenciadas, até que se providenciem estudos técnicos capazes de esclarecê-las de forma eficiente."

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 761/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa do Deputado Alberto Pinto Coelho, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar à Presidência seja consignado nos anais desta Casa artigo do Dr. Antônio Carlos Passos de Carvalho, intitulado "Itamar e a Âncora de Confins", publicado no jornal "Hoje em Dia", edição de 21/10/99, no qual tece considerações acerca da necessidade de se estimular a comunidade mineira para que se viabilizem as ações necessárias para a efetiva internacionalização e a revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Nos termos do art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno, compete à Mesa da Assembléia emitir parecer sobre requerimento de inserção de documentos e pronunciamentos não oficiais nos anais da Assembléia Legislativa.

Fundamentação

Ainda que o mencionado dispositivo, em tese, acolha genericamente todos os pedidos de inserção de matéria não oficial nos anais deste parlamento, convém salientar que o inciso XIII do art. 233 do Diploma Regimental impõe uma restrição. Com efeito, esse inciso prevê a votação, em Plenário, de requerimento escrito com esse fim, desde que o documento ou pronunciamento não oficial seja especialmente relevante para o Estado.

O artigo trata da política de incremento do tráfego e dos serviços ofertados pelo referido Aeroporto. Na verdade, tal política de fomento ao setor aeroviário é preocupação tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo; basta ver o Decreto nº 40.584, que institui Grupo de Estudo Especial para avaliar o potencial econômico da área do entorno do aeroporto, assim como o Projeto de Lei nº 533/99, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Prô-Confins.

Embora seja de muito interesse para o Estado, não nos parece possível a acolhida da solicitação em tela, tendo em vista não tratar o artigo de fatos históricos que devam ser registrados para a posteridade nem de alguma expressão legítima do povo mineiro ou de fatos culturais expressivos de nossa gente, de forma a merecer a sua perpetuação nos anais da Assembléia Legislativa.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 761/99 na forma apresentada.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - Dilzon Melo, relator - Durval Ângelo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 762/99

Mesa da Assembléia

Relatório

A proposição em tela é do Deputado Alberto Pinto Coelho e tem por escopo solicitar ao Presidente deste parlamento seja consignado nos anais da Casa artigo do Sr. Accácio F. Santos Júnior, intitulado "Confinos e o avião da história", publicado no jornal "O Tempo", de 18/10/99, em que tece considerações acerca da necessidade de se estimular toda a comunidade mineira no sentido de viabilizarem-se as ações e os projetos que se fazem necessários para a efetiva internacionalização e revitalização do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

O requerimento foi publicado em 6/10/99 e, a seguir, encaminhado a este órgão colegiado, ao qual compete emitir parecer sobre a matéria, nos termos do disposto no art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O artigo que se pretende inserir nos registros oficiais da Casa trata de tema que vem despertando o interesse comum do Poder Legislativo, do Executivo, das Prefeituras Municipais localizadas no entorno do Aeroporto de Confins, das associações de classe sob a liderança da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, das agências de turismo e das empresas atuantes no comércio exterior. Todas essas entidades, em discussão com o Departamento de Aviação Civil e a Receita Federal, definem a tomada de ações consideradas necessárias e oportunas para que o aeroporto passe a operar sem a alta taxa de ociosidade que se tem verificado desde a sua inauguração.

Embora o artigo trate de legítima manifestação em favor do interesse de Minas, cumpre-nos observar que a proposição não atende à norma contida no inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno, que exige ser o documento ou o pronunciamento não oficial de relevante importância para o Estado, podendo ser entendido assim aquele que trate de fatos históricos ou que contenha manifestação legítima da cultura do povo mineiro, ou mesmo que contenha uma análise do momento social e político.

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 762/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - Dilzon Melo, relator - Durval Ângelo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 769/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado João Batista de Oliveira, a proposição em epígrafe objetiva seja encaminhado ao Secretário de Estado da Fazenda requerimento solicitando informações sobre a renovação da concessão de ICMS na aquisição de veículos adaptados às pessoas portadoras de deficiência.

Publicada em 5/10/99, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Constituição do Estado, no seu art. 62, XXXI, confere privativamente à Assembléia Legislativa a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. E o § 2º do art. 54 do mesmo Diploma Legal assim determina: "A Mesa da Assembléia poderá encaminhar a Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de 30 (trinta) dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade".

O interesse na renovação de benefícios para aquisição de veículos adaptados às pessoas portadoras de deficiência se relaciona com a justiça distributiva em matéria fiscal, e, em consequência, a Constituição Federal dispõe, em seu art. 145, § 1º, que "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte" (grifo nosso).

A personalização do imposto garante, "in casu", o agrupamento dos deficientes em uma classe, possibilitando um tratamento tributário diversificado, que, todavia, não foge ao princípio da igualdade, ou seja, justiça tributária em matéria fiscal.

Embora a proposição em tela seja oportuna e conveniente, somos levados a apresentar-lhe emenda, de forma a esclarecer o que realmente pretendia seu autor.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 769/99 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão "renovação da concessão de ICMS", por "renovação da concessão do benefício relativo ao ICMS".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 773/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa do Deputado Carlos Pimenta, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar ao Presidente da Casa o encaminhamento de pedido escrito de informação ao Secretário da Educação sobre a situação do quadro de professores do Estado e o número de vagas existentes; a situação dos professores aprovados no último concurso e ainda não nomeados; e a possibilidade de os aprovados fazerem reopção para localidades onde haja vagas.

O requerimento foi publicado em 7/10/99 e a seguir encaminhado a este órgão colegiado, a quem compete emitir parecer sobre a matéria, conforme o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A apreciação de requerimento deve abranger duas etapas bem distintas: a verificação da existência de amparo jurídico à iniciativa e a emissão de juízo de valor sobre a proposta.

Quanto ao exame da primeira questão, convém esclarecer que o retromencionado dispositivo estabelece, como condição imprescindível para a admissão de requerimento de informações a autoridades estaduais, tratar ele de fato relacionado com matéria legislativa em tramitação ou sujeito a controle e fiscalização da Assembléia Legislativa. No caso, é fácil perceber a ocorrência da segunda hipótese, levando-se em conta o art. 62 da Constituição do Estado, que confere ao Poder Legislativo a competência privativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

De outra parte, ao se analisar o mérito da proposição, avaliando sua oportunidade e conveniência, deve ser argüida a motivação de sua apresentação, que, no caso, decerto é o acompanhamento da execução da política educacional do Estado, especialmente no que se refere ao quadro do professorado, extremamente importante para o Estado.

A proposição revela, ainda, o zelo com relação à situação dos candidatos aprovados em concurso público para o provimento de cargos de professor e ainda não nomeados. Quanto a esse aspecto, consideramos inoportuno o pedido, pois sabemos ser a nomeação de candidatos aprovados em concurso público ato discricionário da autoridade governamental, que avaliará sua conveniência e oportunidade.

Os aprovados em concurso público têm apenas expectativa de direito com relação a seu aproveitamento pela administração pública, não lhes conferindo a aprovação direito subjetivo de ingresso no serviço público.

No tocante ao último item - a possibilidade de reopção dos aprovados para localidades onde existam vagas -, parece-nos também inoportuna a solicitação, sabedores que somos de que a nomeação de aprovados em concurso público deve seguir a ordem de classificação, por expressa determinação legal. Se for permitida a reopção, poderá haver nomeações fora da ordem de classificação.

Sustentados nessas observações, consideramos legítimo o requerimento, pelo que deve ser acatado com a emenda que apresentamos a seguir.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 773/99 com a Emenda nº 1, apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1

Suprima-se do corpo do requerimento o seguinte:

"a situação dos professores devidamente aprovados no último concurso realizado e que ainda não foram nomeados até a presente data; bem como se há possibilidade dos aprovados fazerem reopção para localidade onde haja vagas".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 780/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa do Deputado Carlos Pimenta, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar à Presidência a inserção nos anais da Casa de editorial publicado no "Estado de Minas" de 4/10/99, intitulado "Péssima Hora para Abrir a Boca", em que o jornal manifesta repúdio pelas declarações proferidas pelo Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, a respeito da linha política adotada pelo Governador Itamar Franco.

Pretende ainda o requerimento que esta Casa, em nome do povo mineiro, manifeste àquela autoridade a insatisfação pela forma com que tratou Minas Gerais perante a comunidade financeira internacional.

Nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno, à Mesa da Assembléia compete emitir parecer sobre a proposição.

Fundamentação

De acordo com o art. 233, inciso XIII, do Diploma Regimental, é condição imprescindível para que possa ser acatado requerimento de inserção de documentos não oficiais nos anais da Casa sejam eles de relevante importância para o Estado.

O editorial que se quer inserir nos anais da Assembléia Legislativa consiste na manifestação de repúdio pelo comportamento descabido de um funcionário de primeiro escalão do Governo Federal. A infeliz declaração do Presidente do Banco Central, por suas repercussões negativas nos campos político e econômico, foi à exaustão debatida e condenada, não só pelos parlamentares mineiros, como também pelos meios de comunicação locais.

Embora, recentemente, o Sr. Armínio Fraga se tenha apresentado, perante a mídia nacional, para se desculpar por suas declarações, reconhecendo, na oportunidade, o erro cometido ao proclamá-las, seu ato de retratação não desfez o imenso mal-estar gerado.

Esta Assembléia Legislativa reconhece a importância da manifestação da imprensa para a formação de uma opinião pública consciente e para o exercício da democracia. Entretanto, não podemos acatar o pedido de inserção nos anais da Casa, por não se revestir o artigo mencionado de nenhuma das características que reputamos essenciais para tal.

Com relação ao outro objetivo do requerimento, a saber, o de que, em nome do povo mineiro, este Legislativo manifeste ao Presidente do Banco Central repúdio "pela forma discriminatória com que tratou Minas Gerais perante a comunidade financeira internacional", vale lembrar que pedido semelhante a esse foi aprovado neste parlamento, por deliberação das Comissões, ficando a solicitação em tela prejudicada.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 780/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 793/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Amilcar Martins, a proposição em epígrafe tem por objeto a inserção nos anais da Casa dos artigos que especifica.

Em virtude da natureza do requerimento, cabe à Mesa da Assembléia emitir parecer sobre ele, conforme preceitua o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Os artigos que se pretende inserir nos anais da Casa são os seguintes: "Caso Cemig é pior para Minas Gerais que fala de Arminio, diz Vedovato", jornal "Estado de Minas", de 6/10/99, pág. 15; "O Flagelo Mineiro", jornal "O Estado de São Paulo", de 6/10/99, pág. A-3; Coluna Panorama Econômico, da jornalista Miriam Leitão, publicado em "O Globo", de 3/10/99, pág. 38 e, finalmente, a coluna da jornalista Dora Kramer, publicada no "Jornal do Brasil", de 5/10/99, pág. 2.

Os assuntos objeto de tais artigos são palpantes por se tratarem de atos de autoridades com expressão no cenário político nacional, como o Governador de Minas e o Presidente do Banco Central, Sr. Arminio Fraga. Aquece-os a constatação política que se junta à opinião de analistas econômicos, hoje verdadeiros titãs da mídia.

A Resolução nº 5.126, de 21/12/92, dispõe sobre a publicação dos anais da Assembléia Legislativa do Estado. No seu art. 1º, inciso III, remete ao Regimento Interno da Casa que, no art. 233, XIII, determina a votação em Plenário de requerimento escrito que solicitar inserção nos anais da Assembléia Legislativa de documento ou pronunciamento não oficial especialmente relevante para o Estado.

São inferidos da redação desse dispositivo os limites dentro dos quais pode ou não ser acolhido o pedido de transcrição nos anais da Casa. Assim, podemos entender que a matéria a ser transcrita deva constituir manifestação especialmente significativa para ser registrada para a posteridade, referindo-se a fatos históricos, ou mesmo à situação política vivida, ou mesmo fazendo uma análise profunda de fatos pertinentes ao momento político.

Consoante essa linha de raciocínio, emitimos nosso ajuizamento de que a matéria cuja transcrição se pretende inserir nos anais da Casa, embora essencialmente importante para a formação da opinião pública, não se ajusta perfeitamente aos limites regimentais, o que justifica o não acolhimento da proposição.

Conclusão

Pelos motivos expostos, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 793/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 800/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Amilcar Martins, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais informações por escrito sobre os custos operacionais das manobras realizadas na região da Usina Hidrelétrica de Furnas.

Em virtude da natureza do requerimento, cabe à Mesa da Assembléia emitir seu parecer, conforme preceitua o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Constituição Estadual, na Subseção II - Das atribuições do Governador do Estado, dispõe, no seu art. 90, XXV, "in verbis": "Compete privativamente ao Governador do Estado exercer o comando superior da Polícia Militar, promover seus oficiais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos".

A intenção do legislador constitucional se faz revelar mais uma vez quando, na Subseção II - Da Segurança Pública, dispõe no seu art. 137: "A Polícia Civil e a Polícia Militar se subordinam ao Governador do Estado".

O poder de polícia, "in casu", foi exercido como um mecanismo para conter situação em que o Governador, no exercício do seu poder discricionário, legalmente amparado, entendeu se revelar contrária, inconveniente ao interesse público, ao desenvolvimento e à segurança do nosso Estado.

Entendemos, além do mais, que a questão apresentada pelo requerimento não está corretamente endereçada, atropelando a hierarquia proposta constitucionalmente, tendo em vista que a manobra realizada foi declarada de treinamento regular da corporação, ordenada pelo seu comandante supremo - o Governador do Estado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 800/99.

Anderson Adauto, Presidente - Durval Ângelo, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

83ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/10/99

O Deputado João Batista de Oliveira - Caro Presidente José Braga, meus colegas, ocupamos esta tribuna para falar sobre dois assuntos de interesse do Estado de Minas Gerais e, especificamente, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que tenho a honra de presidir nesta Casa.

Inicialmente, quero dar ciência a esta Casa de que foi aprovado requerimento de nossa autoria na audiência pública desta manhã, o qual convoca o Secretário José Augusto Trópia Reis para discutir proposta de entrega das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - CEASA - e da CASEMG, como pagamento de dívidas. E que nesta audiência sejam convidados o Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Raul Belém, a diretoria do CEASA e da CASEMG, a FAEMG, a Sociedade Mineira de Agricultura, a Associação dos Produtores de hortifrutigranjeiros do CEASA e a Associação dos Comerciantes do CEASA.

Isso merece comentário de nossa parte, porque o CEASA de Minas Gerais, mesmo com todas as mazelas que o sistema de abastecimento apresenta em todo o Brasil, se não for o melhor, estará entre os três melhores do País. Se hoje lida e tem um grande problema com os atravessadores, entregá-lo a Fernando Henrique seria entregá-lo aos saqueadores.

Então, gostaríamos que o Secretário da Fazenda comparecesse a esta Casa para apresentar uma defesa do que vem propondo como uma simples entrega, sem uma discussão. Se houver a necessidade de uma privatização do CEASA e da CASEMG, que seja discutida nesta Casa. Se for privatizado, que continue cumprindo o seu papel, e não devemos simplesmente lavar as mãos e entregá-lo, na contramão de todo o discurso apresentado pelo Governador Itamar Franco até hoje. Entregar o CEASA contradiz tudo o que o Governador vem pregando, inclusive durante o seu período de campanha.

Gostaríamos de dizer que esse é um setor importante da economia de Minas Gerais, sendo que de sua utilidade dependem setores da produção e do comércio do Estado. Inclusive, o próprio Estado tem no CEASA grande parte de sua arrecadação, a partir do comércio ali realizado. Portanto, estamos propondo essa discussão, para que esta Casa dela tome conhecimento e possa propor medidas que resolvam a questão.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, é um prazer apartear-lo nesse assunto tão importante. Queria aproveitar a oportunidade para fazer, mais uma vez, uma cobrança, dessa vez ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Já aprovamos, no Plenário, a convocação do Secretário da Fazenda, Sr. Trópia Reis, para que viesse explicar algumas questões. Dentre elas estão os projetos que nós próprios aprovamos, a pedido do Governo do Estado, no sentido da melhoria da arrecadação, através da anistia de multas, cessão de créditos e outros. Além disso, está em discussão, também, um projeto de autoria da Bancada do PT sobre a questão da renegociação da dívida, que tem sido feita pelo Secretário da Fazenda, incluindo, no caso, o assunto que trouxe V. Exa. aqui: a privatização, pois, no fundo, entregar para Fernando Henrique é o mesmo que entregar para o FMI, ou seja, o Fundo Monetário Internacional agradece o que se entrega para Fernando Henrique. De acordo com a imprensa, parece que o CEASA está na renegociação da dívida. Portanto, mais uma vez, gostaria de fazer essa cobrança ao Líder do Governo, já que o Secretário não se dispõe a vir. O Deputado Márcio Cunha, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, já lhe havia feito um convite para comparecer à Comissão e, depois, aprovamos esse convite em Plenário. Sendo assim, gostaria de fazer eco a suas palavras e reforçar a necessidade da vinda do Secretário, para uma explicação de tudo isso. Parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Deputado João Batista de Oliveira, de fato, a veiculação a respeito da privatização da CASEMG e do CEASA nos preocupa. Já vimos esse filme em outras atividades públicas, pois todas as empresas públicas ou de economia mista, quando privatizadas, tiveram sua qualidade baixada e seus preços aumentados. Se houver a privatização do CEASA, sofreremos reflexo nas nossas cozinhas, porque a empresa privada tem compromisso apenas com a atividade lucrativa, e o CEASA, uma vez privatizado, acabará, não tenho dúvidas, pois o gerenciamento privado imporá condições que os expositores, comerciantes e empresários que lá estão desde sua fundação não terão condições de enfrentar. Os reflexos, repito, serão sentidos nas cozinhas de todos nós. Haveria um retrocesso do Governo nesta área, tendo o Governador assumido mesmo um compromisso na área de agricultura, colocando nela um Secretário atuante, que está movendo meio mundo para conseguir implementar as políticas previstas pelo Governador Itamar. Por outro lado, um setor técnico, mais especificamente o financeiro, do Governo está tentando imprimir outra direção a esse compromisso assumido pelo Governador. Sou da base de sustentação do Governador nesta Casa e creio que está buscando encontrar melhores rumos, mas essa saída de privatização do CEASA e da CASEMG não é um deles. Cumprimento V. Exa. por seu pronunciamento e considero oportuno que a área financeira do Governo esteja conosco para debater a questão. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Essa discussão tem de ser política, porque o abastecimento é da maior importância para qualquer nação. A entrega do CEASA para o Governo Federal não significa apenas uma privatização, significa uma entrega para o saqueador, porque, na privatização, ainda podemos discutir contrapartidas. No entanto, nesse caso, uma simples entrega para o Governo Federal, não será discutida sequer uma contrapartida social, que é o papel do abastecimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento outro assunto, que não é uma denúncia, mas está bem próximo disso, com relação ao projeto do vale do Jequitinhonha. Cerca de R\$2.500.000,00 oriundos do Banco FWK e do Finsprosperi estão disponíveis até 31 de dezembro deste ano para o financiamento de projetos de fruticultura irrigada de pequeno porte desenvolvidos pela EMATER no vale do Jequitinhonha. Como a realização desses projetos envolve irrigação, a sua implementação está condicionada ao pagamento dos custos da análise dos pedidos de licenciamento ambiental, nos termos da Deliberação Normativa nº 1, de 22/3/90, do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM -, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A taxa de licenciamento ambiental custa R\$3.500,00, independentemente da área útil da propriedade a ser irrigada e do porte do produtor rural. Assim, o pequeno produtor rural não tem como pagá-la. E os mais de 100 pequenos projetos da EMATER de fruticultura irrigada no vale do Jequitinhonha correm o risco de não serem implementados.

Em médio prazo, reivindica-se a modificação da Deliberação Normativa nº 1, de modo que a conceituação de pequena, média e grande propriedades para fins de pagamento da taxa de licenciamento ambiental possa ser adequada à realidade do tamanho das propriedades rurais e às diretrizes ambientais para o setor de irrigação, elaborado em 1992, pelo IBAMA-SENIR-PNUD-OMM. A revisão, neste caso, tem de necessariamente significar isenção do pagamento de taxas e de licenciamento ambiental para proprietários com até 20ha de área útil.

Em curtíssimo prazo, reivindica-se da Secretaria de Estado do Meio Ambiente a emissão de licença ambiental provisória, coletiva e gratuita para que possam ser aproveitados os recursos das instituições financeiras estrangeiras, que estarão disponíveis até 31 de dezembro para o financiamento dos projetos de fruticultura irrigados de pequeno porte do vale do Jequitinhonha.

Esses projetos estão prontos, dependendo apenas, para sua implementação, da superação do obstáculo da licença ambiental. Não obstante o empenho da EMATER junto à Secretaria do Meio Ambiente e do COPAM, esses órgãos ainda não se sensibilizaram para o problema, dificultando, assim, a realização de projetos importantes para os agricultores de pequeno porte da empobrecida região do vale de Jequitinhonha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, hoje, um órgão do Governo com recursos para serem aplicados numa área em que grande parte dos municípios estão em estado de calamidade pública por causa da seca. O Governo do Estado tem recursos para mais de 100 projetos de irrigação, mas temos outro órgão do Governo impedindo que esses recursos cheguem ao seu destino. Quando se trata de licença ambiental, a ideologia fala mais alto. Sabemos que qualquer pequeno produtor rural que tiver R\$3.500,00 para pagar ao COPAM e à Secretaria de Meio Ambiente ou se muda para Belo Horizonte ou compra um sistema de irrigação clandestino e o instala.

Se tivesse R\$3.500,00 para pagar ao Governo, fazer irrigação e sustentar sua família, usaria esse dinheiro para comprar comida. O fato é que temos de um lado um Estado, que dá

com uma mão e tira com a outra.

Hoje, aquela região que tem um potencial de produção muito grande tem recursos desde o início do ano, mofando nos caixas do BDMG, carimbados para essa função. E esses recursos podem ser devolvidos se essa licença não sair.

O fato é que a ideologia coloca a discussão política acima dos interesses das pessoas que estão naquela região.

Como discutir preservação ambiental se não se preserva o direito à vida daquelas famílias? Como discutir a preservação ambiental em área de 10.000/20.000 m², se não se dá ao trabalhador o direito de dignificar sua existência e a de sua família, através do trabalho, que é o destino da mão humana? Não se pode lançar mão desse direito, porque uma simples licença ambiental para pequenas propriedades, que não terão nenhum impacto ambiental, serão engolidas pela burocracia do Estado e até pela ideologia daqueles que se encastelam nessas comissões, se achando no direito de juízes, sem conhecer o que é certo ou errado, e sem conhecer a realidade do Estado de Minas Gerais.

O vale do Jequitinhonha está mergulhado num grande êxodo rural, como é mostrado semanalmente pelas televisões. As pessoas estão mudando por falta de água. Onde tem água, rio perene, simplesmente o sistema operacional da Secretaria Estadual do Meio Ambiente não permite que essas pessoas se fixem e possam produzir com dignidade naquela região.

Portanto, esse é o nosso protesto. Apresentamos um requerimento ao Deputado Tilden Santiago, em quem depositamos nossas últimas esperanças, para que o Estado possa aplicar esses recursos para beneficiar aqueles que mais necessitam dele. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para registrar com muita alegria esse dia, comemorado internacionalmente, mas até mesmo pela especificidade da profissão, tão desconhecida no Brasil e no mundo - hoje é celebrado o dia do Controlador de Tráfego Aéreo.

Com muita honra e orgulho exerci durante 17 anos esta profissão. Chegamos a ser instrutor de operação de radar. Chegamos a ser controlador de defesa aérea do nosso País. E essa especialidade tão rara e tão desconhecida no nosso País tem dado a necessária segurança para que o próprio País possa desenvolver-se.

Para se ter uma idéia, se os controladores de voo parassem 6 horas, imediatamente pararia o País.

Os Ministros e Deputados não viajariam, os empresários e profissionais liberais não viajariam, porque a grande maioria da classe dirigente do nosso País, daqueles que são os responsáveis por conduzir os destinos desta Nação, usam o meio de transporte aéreo, a aviação.

Quem é esse controlador de tráfego aéreo, também chamado de "anjo da guarda"? É aquele que está por detrás de um escopo de radar, que, normalmente, a sociedade só conhece quando fala na torre de controle. Mas a torre de controle é apenas um dos órgãos de controle. Temos o controle de solo, a torre de controle, o controle de aproximação e de saída, o centro de controle e o centro de defesa aérea. Todo esse complexo tem por finalidade promover a segurança no transporte aéreo. Milhares de pessoas estão sendo transportadas neste momento, e, pela distração de 30 segundos, sequer, de um desses controladores de voo, milhares de vidas podem ser ceifadas.

Acabamos de vir da Europa, onde um MD-11, com 250, 300, 500 pessoas a bordo, era uma dos milhares de aeronaves circulando neste mundo. E quem cuida dessa segurança? Quem possibilita todo esse desenvolvimento da aviação? É o controlador de tráfego aéreo, que, escondido de todos, desconhecido de todos, com a sua experiência, com a sua lucidez, com o seu treinamento, com a sua preparação psicológica, com o seu controle emocional, é capaz de assegurar as decolagens e os pousos de maneira segura. E - pasmem os senhores! - essa profissão, que nos Estados Unidos e na Europa é a segunda profissão mais bem-remunerada, no Brasil é a que tem uma das piores remunerações, exatamente porque o controle de voo é exercido por pessoas que agem anonimamente perante a sociedade. Tenho a certeza de que 90%, 95% dos senhores parlamentares que estão aqui viajam até uma ou duas vezes por semana, de avião, e sequer se lembram ou pensam que a segurança do seu voo está nas mãos de alguém desconhecido do público, escondido numa sala de radar ou numa torre de controle.

É interessante observar que o desenvolvimento tecnológico tem possibilitado aos aviões quase voarem sozinhos, com equipamentos cada vez mais sofisticados. São capazes praticamente de pousar e decolar por meio de instrumentos, aparelhos precisos, mas se não houver um controlador de tráfego aéreo, todo esse equipamento não tem nenhum valor.

Então, hoje, rendemos as nossas homenagens aos companheiros controladores de tráfego aéreo de todo o nosso Brasil, no seu dia. Estamos apresentando uma moção de aplauso, por intermédio desta Casa, que será encaminhada aos controladores de voo do Estado de Minas Gerais, de modo especial àqueles que trabalham nos aeroportos de Confins e da Pampulha, que são os aeroportos controlados aqui em Belo Horizonte. Quero deixar aqui a lembrança e a gratidão de cada um de nós que utiliza esse serviço a cada viagem que faz.

Pelo menos, quero lembrar aos senhores parlamentares, aos nobres colegas, que hoje tenho a lembrança de uma pequena gratidão a esses "anjos da guarda", que, escondidos, zelam pela nossa segurança e, mais do que isso, zelam pela segurança do nosso espaço aéreo, uma vez que o nosso Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo é também realizado pelos controladores de voo. Se o nosso espaço aéreo for violado, haverá um controlador atento para identificar imediatamente e acionar o sistema de defesa. Fica aqui o nosso registro, ficam aqui as nossas congratulações e a nossa gratidão. Quando estou em qualquer aeronave voando, fico tranquilo porque sei que no solo existe alguém cuidando de mim, cuidando da minha segurança, cuidando da minha proteção. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Canabrava* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, dois motivos me trazem hoje a esta tribuna. Primeiramente, gostaria de cumprimentar os meus colegas Deputados médicos pelo Dia do Médico, comemorado no dia 18. São homens competentes que estão salvando as nossas vidas, cuidando de nossas famílias, de nossos amigos. A vocês, colegas Deputados, o nosso abraço, que Deus os abençoe e que continuem sempre nessa maratona de salvar vidas.

Outro motivo que me traz a esta tribuna é que, como vocês podem notar, no painel eletrônico, Ronaldo Canabrava, agora, é do PMDB. E eu não poderia deixar de bater à porta. Quando chegamos à casa de uma pessoa, a primeira coisa que fazemos é bater à porta. Assim foi o meu procedimento, vindo hoje aqui pedir licença aos meus amigos de bancada. Estou chegando e espero que a porta esteja aberta para que eu possa somar.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - É uma satisfação muito grande, Ronaldo, sua vinda para o PMDB, o que engrandeceu muito a bancada do nosso partido. Todos os Deputados que continuam no PMDB sentem-se imensamente honrados com sua filiação ao partido. Que você seja muito bem-vindo. Tenho certeza de que somará muito ao nosso PMDB, que tem um compromisso muito grande com o Estado e o povo mineiro. Seu comportamento nesta Casa, durante esses nove meses de mandato, só fez engrandecer este parlamento, demonstrando que V. Exa. é um Deputado que veio para defender o Estado, como o PMDB. Parabéns, seja muito bem-vindo.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Deputado Ronaldo Canabrava, gostaria de, oficialmente, dar as boas-vindas a V. Exa. e dizer que, sem dúvida alguma, o processo de sua filiação foi o mais democrático possível, já que nós, da bancada, já havíamos estipulado que gostaríamos de conversar previamente a respeito da vinda de outros companheiros. V. Exa. sabe que nasci na cidadezinha de Cachoeira da Prata, perto da sua querida Sete Lagoas, e tenho todo o interesse naquela região. Quero, de público, dizer que realmente V. Exa. tratou os companheiros com fidelidade, com respeito. Agora, todos juntos iremos somar nessa gloriosa legenda do PMDB.

Portanto, receba as minhas mais calorosas boas-vindas. Tenho certeza de que V. Exa. somará conosco na Bancada do PMDB.

O Deputado Ronaldo Canabrava* - Agradeço ao Deputado Márcio pela sua gentileza. Quero dizer também que, quando pertencia ao PSC, defendia a posição atual do Governador Itamar Franco. Agora, como membro do PMDB, a minha posição é de apoio ao atual Governador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerramos, nas últimas semanas, uma das mais importantes fases da atividade política, que foi a da organização dos partidos para uma disputa eleitoral. A de agora, com todo o seu contorno de complexidade e conteúdo de emoção, remete-nos às eleições do próximo ano, quando estaremos escolhendo os Prefeitos e os Vereadores das cidades que aqui representamos.

Na vida do político, essa é a experiência maior, a que exige análise correta do momento histórico e uma extrema capacidade para prever, prevenir e projetar situações, além da necessária rapidez nas ações que vão garantir o êxito dos objetivos traçados.

A tudo isso deverá presidir a clareza das intenções, do mesmo modo que a liberdade democrática nos exige a postura firme das posições assumidas, mas também a lealdade de abriremos espaço para que se conheçam as opiniões gerais, na certeza de que a política é o livre exercício da cidadania na busca do interesse de todos e do ideal de cada um.

Temos consolidado nesta Casa, na convivência diária e permanente com os nobres colegas e mirando-nos no exemplo que nos oferece o Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato, uma prática política que nos guia desde a Câmara Municipal de Sete Lagoas, onde, por seis anos, procuramos corresponder à confiança de nossos conterrâneos.

Ontem, como hoje, estamos absolutamente convictos de que só o diálogo pode romper barreiras, arremontar forças, promover a união que nos propiciará a realização do ideal político que justifica nossa vida pública e dá substância a nossa atuação como representantes que somos de parcela expressiva da coletividade que até aqui nos conduziu.

E nenhum cenário é tão amplo, propício e mais sagrado do que este representado pelo parlamento mineiro, onde a diversidade dos credos políticos e - por que não dizer? - o antagonismo de posições legitimamente defendidas provocam o necessário, e até mesmo imprescindível, embate das idéias e abrem todos os variados caminhos da liberdade para o pleno exercício da democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpro, neste instante, o dever de comunicar a esta Casa, minha filiação ao PMDB. Essa decisão política traz para nós, além de novos e honrosos compromissos, toda uma carga de emoção que nos revela a própria história do glorioso PMDB de Sete Lagoas, a que pertencemos no início de nossas atividades partidárias e ao qual tivemos a oportunidade de dar a parcela de nossa colaboração como um dos membros de seu Diretório Municipal.

Nosso ingresso nesse partido resultou de uma profunda e amadurecida análise, que respondeu afirmativamente ao convite a nós formulado pelos Exmos. Srs. Governador e Vice-Governador do Estado; pelo Presidente da Executiva Estadual do PMDB, Senador José Alencar Gomes da Silva; pelo ilustre Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato; e pelos companheiros Deputados, com os quais, a partir de hoje, teremos a alta responsabilidade de compartilhar decisões que atendam aos interesses maiúsculos de nossa agremiação, na sustentação política do Governo do ilustre e preclaro Governador Itamar Franco.

Neste momento, permitam-nos dirigir uma palavra de enternecido agradecimento ao PSC, especialmente ao seu dinâmico Presidente, Dr. Vítor Nosséis, que, se abrigou nossa candidatura à Câmara Municipal de Sete Lagoas e, posteriormente, à Assembléia Legislativa do Estado, abriu-nos a porta para uma postulação que se viu vitoriosa e que, agora, com o seu descortino de político moldado nas exigências deste momento histórico, dá-nos a oportunidade de buscar outros caminhos para atendermos às aspirações dos amigos, correligionários e do próprio povo de nossa terra.

Sabe o ilustre homem público, em cujas idéias e ideais se vem nutrido o glorioso PSC, que se honramos os postulados que justificam sua criação e norteiam sua atuação no cenário político nacional, como sigla respeitável de indeclinável compromisso cívico, também jamais nos afastaremos daquele dever social, pessoal e ético que forja o caráter dos que assim se dedicam, verdadeiramente, à causa pública, colocando o interesse coletivo - e as exigências da atividade política - além do interesse pessoal.

Com o PMDB iniciamos agora uma nova fase na vida política de Sete Lagoas. Nunca a cidade viveu um clima tão ameno e favorável à prática partidária como o que preside a organização do PMDB, tendo-se em vista as eleições municipais de 2000.

O partido, que conseguiu reestruturar-se e revitalizar-se e, certamente, dispõe de quadros para disputar a Câmara e a Prefeitura, já está contagiado pelo entusiasmo que antecede um pleito que definitivamente desenhara um novo cenário para vida institucional e abrirá novos horizontes ao exercício pleno da democracia, num município que aspira os ares da liberdade, que reclama por proibida administrativa e por lisura na ação pública, para garantir seu desenvolvimento social e econômico.

Mais uma vez, o PMDB, por seu passado, que honra as tradições da política sete-lagoana; por seu presente, que representa a força do ideal consolidado na união de propósitos, e por seu futuro, que interpreta os anseios generalizados no compromisso de uma ação política de coletividade e promove o bem comum, eliminando os privilégios de grupos - mais uma vez, repetimos, neste misto de fé e de esperança que proclama a vitória -, estará respondendo "presente" à convocação de Sete Lagoas na construção de um futuro melhor para todos os sete-lagoanos.

Gostaria de agradecer a todos os Deputados, principalmente Antônio Júlio e Antônio Andrade, que me deram toda a cobertura, e dar um abraço pessoal em meu amigo e companheiro Presidente Anderson Aduato, por participar desse glorioso PMDB, do qual sai há cinco anos e ao qual hoje estou retornando. Graças a Deus, com o empenho dos companheiros peemedebistas, hoje o PMDB está nas mãos de sete-lagoanos. Evitamos uma grande catástrofe, porque uma coisa horrível poderia ocorrer lá, mas isso podemos dizer aqui. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, amigos e amigas, não poderia silenciar-me, nesta tarde, em decorrência do nosso trabalho como membro curador desta Casa junto ao IEPHA. Há poucos dias, promovemos na Casa importantíssimo debate público para discutir o patrimônio histórico de Minas Gerais. Nesse debate, conseguimos reunir lideranças históricas de Minas Gerais, buscando sempre a preservação do que Minas Gerais possui, e temos encontrado eco nas mais importantes cidades históricas do Estado e do Brasil.

Gostaria, nesta tarde, de registrar, com muita alegria, que minha terra natal recebeu, no dia 8 de outubro passado, a presença do Secretário da Cultura, Prof. Ângelo Oswaldo, quando oficialmente inaugurou, na cidade de Ouro Fino, o Museu de Artes Sacras, o único da nossa região sul-mineira, nas comemorações do aniversário da Paróquia de São Francisco de Paula de Ouro Fino. O evento contou com a presença de autoridades locais e regionais, bem como com a de todos os Vereadores das Câmaras Municipais vizinhas e de autoridades educacionais. O museu, instalado nos salões da torre da Igreja de São Francisco de Paula, é composto por mais de 100 peças, imagens de escultura, alfaías, paramentos, mobiliários, documentos, quadros e fotos, que registram, com fidelidade, os 250 anos dessa história de intensa religiosidade do povo da Paróquia de São Francisco de Ouro Fino. Não poderia deixar de formular esse registro junto a meus pares neste Plenário, visto que, na condição de membro da Comissão de Educação, bem como membro do IEPHA, vejo-me investido da honrosa tarefa de acompanhar e incentivar ações que resultem na preservação e conservação do patrimônio histórico de Minas Gerais. É esse desafio que nos está sendo colocado, exigindo de todos nós verdadeiro exercício de cidadania, buscando a formação de uma consciência coletiva, que atue efetivamente na manutenção da memória de gerações inteiras que se dedicaram à construção do nosso patrimônio histórico, artístico e cultural. Aliás, acredito ser oportuno ressaltar que, no debate público, realizado nesta Casa, em setembro último, atendendo a nosso requerimento, ficou patente a necessidade de conjugar os esforços de todos os segmentos organizados da sociedade para a preservação do patrimônio histórico e cultural que é, sem dúvida alguma, o ponto de referência, a identidade de um povo.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Meu caro Deputado, quero cumprimentar V. Exa., não apenas por seu pronunciamento hoje, na tribuna da Assembléia, mas, sobretudo, pelo seu trabalho na Comissão de Educação, pelo seu empenho na defesa do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. Tenho tido a oportunidade e a felicidade de poder estar a seu lado, acompanhando seu trabalho, em alguns momentos definidores do mesmo. Participei do seminário sob a liderança de V. Exa., quando contamos com a presença de organizações não governamentais, representantes do Poder Executivo e, também, a colaboração do Poder Legislativo, para que, com a união dos esforços de todos os mineiros, do poder público, do setor privado e demais áreas, possamos cumprir essa tarefa fundamental, compromisso que temos com o povo de Minas Gerais: preservar o patrimônio histórico e legar às futuras gerações, a nossos filhos e aos filhos dos nossos filhos esse patrimônio.

Minas Gerais tem, mais do que qualquer outro Estado do Brasil, esse compromisso e obrigação. O maior patrimônio tombado do Brasil localiza-se em Minas Gerais. É difícil estabelecer o percentual, mas há quem diga que algo em torno de 50% do patrimônio tombado do Brasil localiza-se em Minas Gerais. Essa é uma responsabilidade nossa. Chegou a vez da nossa geração. Seguindo o exemplo de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, devemos assumir, como responsabilidade nossa, a preservação do nosso patrimônio histórico.

Cumprimento V. Exa. e lembro que esse é um esforço que está acima de quaisquer outras questões. No Governo passado, tive oportunidade de acompanhar isso. É um compromisso pessoal de toda a minha vida, pela minha formação profissional, como professor da universidade, exatamente nessa área e, também, dando prosseguimento, como ex-Secretário de

Estado da Cultura, pudemos desenvolver um trabalho longo nesse sentido. Lembro, rapidamente, o Projeto Minas para Sempre, em colaboração com o IEPHA e com a CEMIG, responsável pela preservação de uma parcela considerável de nosso patrimônio. Também, na chamada Lei Robin Hood, quando uma parcela de ICMS era destinada a estimular as Prefeituras que têm um compromisso com sua população de tombar seu patrimônio histórico, ganhando, com isso, repasse maior de ICMS para seus municípios.

Outro exemplo importante, a lei estadual de incentivo à cultura, que teve a honra e o privilégio de, em nome do Governo de Minas Gerais, poder encaminhar a essa Assembléia Legislativa, lei regulamentada e que, hoje, é usada para vários projetos culturais do Estado e, também, para a preservação do nosso patrimônio. Esperamos que o Governo de Minas mantenha esse compromisso com a população para que possamos preservar nosso patrimônio. Meus parabéns. V. Exa. terá sempre meu apoio e solidariedade na sua luta.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço a manifestação de V. Exa., Deputado Amílcar Martins, que, sem dúvida, como Secretário de Estado, muito contribuiu para a formação da cultura, da história e do patrimônio de Minas Gerais. V. Exa. tenha a certeza de que este modesto Deputado tem em V. Exa. um homem correto, que sempre cuida das coisas importantes que Minas possui.

Quero, na oportunidade, registrar em nome da população de Ouro Fino, sinceros agradecimentos ao Secretário Ângelo Oswaldo, que reservou espaço exclusivo em sua concorrida agenda para prestigiar as solenidades que assinalaram a inauguração do Museu.

Ainda em nome da população de Monte Sião, que, com muita honra, escolheu-me como seu representante nesta Assembléia, quero também agradecer a visita honrosa de S. Exa., no último dia 10, àquela cidade.

Da mesma forma, quero cumprimentar o Prof. Flávio Carsalade pela grande competência com que tem dirigido o IEPHA.

Aproveito para congratular-me com toda a nossa gente de Ouro Fino, na pessoa do Prefeito José Américo Buti, do padre José Donizeti Moreira e do Prof. Cêlio Galvão Monteiro, Presidente do Museu, que muito se empenharam para que a iniciativa de criação do Museu fosse levada a efeito, alcançando o êxito de sua instalação nos salões de nossa igreja-mor.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Gostaria de aliar-me aos cumprimentos que V. Exa. faz ao Secretário de Cultura deste Estado, Dr. Ângelo Oswaldo. Em nome da nossa cidade de Montes Claros, da mesma forma como V. Exa. o faz em nome da sua Ouro Fino, também queremos cumprimentar e agradecer ao Secretário pelo início de um trabalho extremamente importante, que é a recuperação de um casarão, hoje pertencente a UNIMONTES, que vai se transformar na Casa da Cultura, na Casa do Museu de Montes Claros, num centro de estudos e aperfeiçoamento da UNIMONTES. É um casarão de 133 anos, construído para ser o primeiro ginásio de Montes Claros e, depois, a primeira escola normal e o primeiro curso superior dessa cidade, a Faculdade de Filosofia, quando não existia a UNIMONTES, mas a Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior. Hoje, o Casarão está em ruínas, desabando, e esse Secretário, a quem não conheço pessoalmente, mas sei que é um homem sensível, deu o primeiro passo, associou-se à comunidade e, posteriormente, vieram outras ações de ilustres montes-clarenses, como o Dr. Walduck Wanderley, para podermos recuperar esse casarão, uma obra orçada em quase R\$1.000.000.000,00.

Aproveitando essa oportunidade, não poderia deixar de fazer coro com as homenagens que V. Exa. faz, agradecendo de público ao Secretário de Cultura desse Estado, pela sensibilidade e pelo trabalho que teve de recuperação do maior símbolo da cultura de Montes Claros, que é o Casarão da Fafil. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Realmente, V. Exa. tem razão ao ratificar as nossas palavras, quando são dirigidas ao nosso caríssimo Secretário, Prof. Ângelo Oswaldo, que tem traçado os destinos de Minas Gerais num trabalho histórico, permanente e determinado. É um homem culto, inteligentíssimo e não tem medido esforços para resgatar o lugar que Minas Gerais tanto merece.

Concluindo, quero reiterar as minhas palavras proferidas nesta tribuna em outra ocasião, conclamando todos os segmentos representativos de nossa enorme diversidade cultural para, ao lado do Governo do Estado de Minas Gerais, apresentar a sua valorosa contribuição nesta árdua empreitada de assegurar àqueles que nos sucederão a integridade da riqueza que recebemos dos nossos antepassados, preservando a identidade histórica das Minas Gerais.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, imprensa, voltamos a esta tribuna para, neste momento, prestarmos uma homenagem à classe médica de Minas Gerais. Como um de seus componentes, apesar de ter um desdobraimento de atividade política em minha vida, quero me dirigir a todos os médicos de Minas Gerais, para lhes prestar uma homenagem pelo reconhecimento dos trabalhos prestados, envolvidos com a vida, buscando a saúde do ser humano. Nesse sentido, queremos, nesta tarde, fazer algumas reflexões sobre as atividades desse profissional, para que sejam analisadas pelos Srs. Deputados e por todo o povo de Minas Gerais.

O médico cuida da saúde, como todos sabem. O conceito de saúde é um estado de perfeito bem-estar biológico, psíquico, social e cultural, com ausência de doenças. Ultimamente, a expressão "ausência de doenças" foi retirada do conceito da Organização Mundial de Saúde. Por quê? Há aí um lado político que envolve o conceito de saúde.

Temos a cidadania prevista na política. O ser humano está exposto ao meio ambiente natural, à ecologia. Mas existe uma ecologia muito mais complexa, que é a ecologia social, a distribuição de pessoas de diferentes camadas sociais, convivendo num determinado território urbano ou rural, dentro de condições ambientais sociais completamente diferentes. Se projetarmos, na tela da nossa memória, um bairro de Belo Horizonte, onde vemos edifícios luxuosos, com toda a eletrônica à disposição da segurança, tendo ao seu redor muitos miseráveis em favelas, isso é a ecologia social. É uma distribuição de renda perversa num país do Terceiro Mundo, que também é vítima dessa globalização. Dessa distribuição injusta não têm culpa o Presidente da República, a maioria dos Governadores e todos os administradores políticos do País. Esse problema está marchando para o século XXI e precisa ser refletido. Nesse contexto, gostaria de fazer a reflexão do médico, como ator desse cenário multiforme, em que tem de manter a saúde do ser humano.

O ser humano tem várias dimensões: a psíquica, a biológica, a física, a social, que é esse contexto complexo da convivência humana, em que há uma cobrança imensa da cidadania, da cidadania constitucional, que tem uma Constituição prolixa e paternalista, que protege a todos formalmente, apenas. Na prática, não acontece, porque não temos dinheiro, principalmente desse mercado financeiro selvagem, para bancar a saúde de cada ser humano. Esse médico é um ator, no cenário de seu consultório, onde conhece todos os problemas do ser humano, revelados pela anamnese - um levantamento da história da doença. Muitas vezes, a doença do paciente é mais de cunho psíquico, vivencial e existencial do que, propriamente, orgânico. Isso acontece com 80% das doenças. Esse médico, que vive nessa dimensão e nesse cenário múltiplo, tenta sobreviver como qualquer trabalhador comum, já que foi jogado na vala comum. Já não existe aquele lugar especial do médico, em que ele compõe o trinômio cientista, sacerdote e artista, já que a medicina, por si só, é a ciência e a arte de curar raramente, de aliviar, sempre, e de consolar, às vezes. O médico tem sofrido muito, e, muitas vezes, a classe médica não tem estado coesa. Neste momento, gostaria de dizer, alto e bom som, que Minas Gerais está saindo à frente, dando um exemplo. Nesta segunda-feira, na Associação Médica de Minas Gerais, houve, durante a tomada de posse do novo Presidente, um manifesto conjunto do Sindicato dos Médicos, do Conselho Regional de Medicina e da Associação Médica de Minas Gerais, e foi fundada a Ordem dos Médicos do Brasil. Esse é um movimento que se inicia, para dar aos médicos condições de exercer sua profissão com dignidade, pois, com essa globalização, situação de caos social e econômico, o médico está sucumbindo e perdendo aquele lugar tradicional que sempre mereceu. Portanto, queremos dizer que esse médico é também um ser humano e, assim, está sujeito às mesmas mazelas e problemas de seus pacientes, tendo que conviver em um cenário complexo, com uma seguridade social ainda mal definida pela Constituição, sem haver uma separação entre assistência social, previdência e saúde. Sendo assim, o Governo nunca tem dinheiro para destinar à saúde. Além disso, temos um sistema perverso, o SUS. Perdoem-me os socialistas que o inspiraram e o próprio Congresso Nacional. A implantação do SUS foi louvável do ponto de vista da utopia pura, sem a convivência prática com as necessidades diárias do nosso povo, mas precisamos de uma política de saúde, em que tenhamos definido, na seguridade social, o papel da saúde, constitucionalmente, ou seja, ele tem que ser especificado para que haja um financiamento específico do cidadão, talvez por meio de uma poupança ou de uma ação paternalista do Governo, que irá assistir as pessoas realmente classificadas como indigentes. A saúde que está se prestando neste País é perversa e discriminatória, discriminando o próprio profissional. Haja vista o grande número de faculdades existentes que não são compatíveis com a necessidade do País, não estão inseridas dentro do conceito de cidadania. Precisamos de uma reforma no que tange ao ensino médico no Brasil, pois esse profissional tem que estar em condições de exercer plenamente a saúde, conhecendo o aspecto social e previdenciário do doente. Nesse ponto, temos que reconhecer que o programa de saúde da família é bem-vindo, mas o SUS precisa ser repensado para buscarmos soluções para assistir os pacientes dignamente, pelo menos nos casos de urgência. Vou citar aqui uma estatística perversa: no caso de 70% das doenças cardiológicas, de natureza complexa, com indicação cirúrgica, os pacientes não conseguem ser internados e morrem por falta de assistência médica, já que não chegam, no tempo devido, a um hospital que possa atendê-los convenientemente.

Muitas vezes, a própria imprensa - e não faço uma crítica absoluta, mas relativa - precisa repensar como criticar o profissional da saúde, porque notamos a tendência de que o erro médico dá ibope. No entanto, a cura, o alívio, o consolo são anônimos. Então, estamos nesta tribuna, a fim de prestar homenagem a esses médicos, a esses heróis anônimos, que cumprem a arte de curar, de consolar com habilidade e consciência as mazelas do ser humano, como reconhecimento por tudo que têm feito por Minas Gerais. Aos médicos colegas parlamentares, os nossos parabéns, que Deus os abençoe, que continuem inspirados na ciência que aprenderam para continuar o seu trabalho como políticos, já que o povo lhes confiou uma missão talvez bem maior, pois, segundo Aristóteles, a política é o bem maior. Acredito que o político, sendo médico, conhece muitas mazelas, mas as mazelas da cidadania, num país que promete um paternalismo total, com uma Constituição prolixa, em que há de tudo. Parece até um verdadeiro céu, mas, na verdade, existe uma discriminação

perversa entre ricos e pobres. Gostaria de fazer um alerta para - quem sabe? -, em pouco tempo, o País convocar uma Constituinte que, de fato, promova reformas, porque as nossas reformas, apesar dos esforços do Presidente Fernando Henrique, não têm acontecido, porque são morosas.

Por isso e por outros motivos, gostaria de abraçar todos os médicos de Minas Gerais não só em meu nome, mas também em nome dos médicos desta Casa.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de ler um requerimento que recebi do Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste de Minas Gerais - AMNOR -, Prefeito de Vazante, que, há poucos dias, aqui esteve para debater as reformas municipais que estão sendo elaboradas na Câmara Federal, além das consequências de tais reformas para os municípios. Para nossa tristeza, encaminhou-nos este ofício: (- Lê:)

"Sr. Deputado, recebemos nesta data o Ofício nº 1.121/99, da Direção-Geral do DER-MG, comunicando decisão no sentido do recolhimento imediato dos equipamentos entregues à AMNOR, através do Convênio nº APC-7.26.01/94, para execução de obras públicas viárias municipais.

À exceção da retroescavadeira Case - 1981 - ERO-037-7, que se encontra em estado precário, os equipamentos apresentam boas condições de conservação e acham-se em atividade, prestando serviços nos diversos municípios da região. A AMNOR não pode deles prescindir em razão da indisponibilidade de equipamentos na maioria dos municípios e pelo fato de serem indispensáveis à execução de obras de infra-estrutura e de modo particular à recuperação e conservação das estradas vicinais, sem o que se torna difícil e mais oneroso o escoamento da produção da região.

O recolhimento desses equipamentos trará prejuízos irreparáveis ao Noroeste. A AMNOR não dispõe de recursos para renovar sua frota e tampouco têm os municípios que a integram condições de fazer investimentos na aquisição de equipamentos da espécie.

Permitimo-nos anotar, de outra parte, que a medida não guarda coerência com os propósitos anunciados pelo eminente Governador Itamar Franco de apoiar o associativismo e de fortalecer as associações microrregionais. A exemplo de outras associações, a AMNOR precisa continuar contando não só com os referidos equipamentos, mas também com equipamentos novos para atender às demandas da região.

Diante desses fatos, vimos encarecer o necessário apoio de V. Exa. junto ao Governo do Estado de Minas Gerais no sentido de que a direção do DER-MG reconsidere a decisão adotada e autorize a renovação imediata da cessão de uso dos equipamentos.

Certos de que o assunto merecerá tratamento especial desse Gabinete, reafirmamos a V. Exa. protestos de respeito e admiração".

Portanto, é um ofício que tem vários similares na Casa, de todas as microrregionais do Estado; 85% a 90% dos municípios são pequenos e assistidos por essas patrulhas mecânicas, administradas por seus gestores, e aqui há essa lamentação da falta de sensibilidade do Governador Itamar Franco. Ainda que queira deixar a critério do DER, a forma de se fazer as coisas é traumática. Ele não avisou previamente, os serviços estão em andamento, e as patrulhas estão sendo retiradas.

Aqui fica o nosso protesto. Gostaríamos, Sr. Presidente, que V. Exa. nos apoiasse, elaborando formalmente um apelo ao Sr. Governador, para que resolva o problema desses 853 municípios de Minas Gerais, na sua maioria pequenos e que precisam do cuidado e da atenção do Governo.

É por isso, caros companheiros, que muitas vezes a Assembléia Legislativa fica parada. Porque governar é a arte de conciliar conflitos e interesses e pôr em marcha o Estado e o município, que é o capilar que está distante. O capilar já é pequeno, mas os Municípios mineiros são muitos, principalmente com a emancipação nos últimos 12 anos.

Fazemos esse apelo também aos nossos colegas Deputados, no sentido de que os líderes desta Casa e do Governo possam se sensibilizar para que se dê a atenção devida aos municípios.

Lamentavelmente, agora não vamos mais ter a SEAM - embora desta tribuna vamos defender de unhas e dentes a sua manutenção - a qual é o canal de comunicação real entre os pequenos municípios e o Governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa vinda a esta tribuna é tão-somente para relatar os acontecimentos de domingo passado relacionados ao PMDB de Minas Gerais, com convenções na maioria dos municípios onde o nosso partido está consagrado, organizado, para nossa legenda se preparar para as eleições do ano que vem.

É importante realçar um trabalho que vem sendo feito pela executiva de nosso partido, a qual tenho a honra de integrar, como também o ilustre Deputado Antônio Andrade, Líder nesta Casa, e o nosso Presidente, sendo o Deputado Anderson Aduato Secretário-Geral do partido, para não dizer de outros companheiros valorosos de nossa executiva.

É um trabalho que vem sendo feito ao longo dos últimos anos para que o PMDB se organize e efetivamente mostre sua força. Vinhamos percebendo que todas as pesquisas demonstram que o nosso partido, quando não está em primeiro, está, pelo menos, em segundo lugar na preferência dos belo-horizontinos. Entretanto, os resultados eleitorais são destoantes desses dados. Assim, coube a muitos de nós, do PMDB, reorganizar o partido, mostrar, especialmente a nossos companheiros, que efetivamente essa sigla é importantíssima e que todos precisamos contar com o companheirismo, a sensibilidade e a participação de todos.

Não foi diferente, portanto, neste domingo, quando fizemos uma grande festa cívica do nosso PMDB, especialmente, gostaria de dizer, do nosso PMDB em Belo Horizonte. Fomos os primeiros signatários de uma proposta de candidatura própria do PMDB para o ano 2000, exatamente, Sr. Presidente, porque, ao fazermos uma contabilidade da nossa participação nas últimas eleições, conseguimos perceber que o PMDB teve, não na última, mas nas últimas eleições, uma participação ainda tímida em relação ao tamanho e à importância do nosso partido.

O PMDB coligou-se ao PSB, e elegemos o atual Prefeito, Célio de Castro, arregaçando as mangas num momento em que o candidato contava apenas com pífios 2%, salvo melhor juízo, de intenção de voto nas pesquisas. Naquele momento, o PMDB decidiu-se por essa coligação, e elegemos Célio de Castro. Mas agora, para o ano vindouro, acreditamos que é a vez e o momento do PMDB. E é nesse sentido, Sr. Presidente, que fomos um dos primeiros a levantar a voz do PMDB em Belo Horizonte, para mostrar a importância da candidatura própria. Naquela oportunidade, muitas pessoas, até mesmo do meu partido, olharam com desconfiança para essa nossa tese, pensando, às vezes, que eu estava lançando uma propositura pessoal, como candidato a Prefeito. Não sou candidato a Prefeito. Não me interessa ser candidato a Prefeito no ano 2000. Mais para a frente, sim. Nunca escondi, como Vereador por 16 anos nesta cidade, que muito me honraria, sem dúvida alguma, chefiar o Executivo da nossa querida Belo Horizonte. Hoje o meu objetivo político é outro. É, principalmente, mostrar a importância do nosso partido para as eleições de 2000. E é nesse sentido que consagramos, nas nossas zonais, essa tendência que hoje é prática, objetiva, da candidatura própria no ano que vem para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Portanto, posso afiançar aos senhores e aos companheiros, não só do nosso partido, mas a todos aqueles interessados no processo eleitoral de Belo Horizonte, que o PMDB terá candidatura própria e que, portanto, é essa a nossa intenção, é esse o nosso desejo, será esse o nosso trabalho.

O Deputado João Paulo (em aparte) - Nobre Deputado Márcio Cunha, quero cumprimentar V. Exa., e o PMDB também, pela resistência que esse partido exerceu neste País e pela sua função no cenário político brasileiro, que é da maior importância. O PMDB, ao que me consta - posso estar enganado -, é o maior partido brasileiro ainda. Mas este aparte é fundamentalmente, para fazer um registro quanto à minha estranheza, porque me parece que, na semana passada, quando estava no meu gabinete, mais ou menos às 8h30min, 9 horas da noite, com o televisor ligado, assisti ao horário político gratuito, e estava lá o programa do PMDB. Como é um partido pelo qual tenho muita simpatia, tive o empenho de assistir ao programa todo. E qual não foi a minha surpresa e, mais do que isso, a minha estranheza ao ouvir o Michel Temer, Presidente da Câmara Federal, do PMDB, dizer que, não sei se

ele, Michel Temer, ou o PMDB, está criando a figura do Imposto de Renda Negativo: aquele cidadão que apresentar declaração de Imposto de Renda e não tiver nada a pagar vai receber. Falou isso com todas as letras. Até me belisquei para ver se não estava enganado, se estava sonolento, mas, apesar de ser noite, não era a minha hora de dormir, então, me surpreendi com essa informação passada assim, em âmbito nacional, em rede de televisão, pelo Michel Temer. Disse que vai ser criado o Imposto de Renda Negativo, para dar dinheiro àquele contribuinte que não tiver obrigação de pagar Imposto de Renda. Não entendi e tenho a certeza de que o Brasil inteiro não entendeu. Já conversei com várias pessoas, e esta seria uma oportunidade importante para informar a população brasileira sobre o que significa Imposto de Renda Negativo.

Em um país de excluídos, o fato de o Imposto de Renda pagar ao contribuinte que não tiver nada a declarar vai ser uma festa para a qual eu não sei se o País estará preparado. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Quero apenas dizer ao Deputado João Paulo que, infelizmente, o nosso partido tem cometido uma série de equívocos. Um deles, sem dúvida alguma, Deputado João Paulo, é a prática pernicioso, equivocada, dos nossos companheiros em nível federal, que insistem em apoiar o Governo Fernando Henrique. Sou daqueles que praticam, com muitos dos companheiros, oposição ao Governo Fernando Henrique. Infelizmente não temos tido uma prática uníssona no partido em relação a uma série de questões, como, por exemplo, essa levantada por V. Exa.

Sou um dos fundadores do PMDB de Belo Horizonte. O PMDB é o único partido a que pertenci. Tenho dito sempre que não serei eu que vou sair do meu partido. Vou lutar dentro dele. Quando vejo notícias de que o nosso Governador Itamar Franco poderá deixar o partido caso não haja uma conscientização do PMDB nacional no que se refere à relação com o Governo Federal, sinceramente, com todo respeito, não concordo com a opinião do nosso Governador. Sempre insisti nisso: se o nosso partido tem erros, temos que aqui denunciar e lutar dentro dele. Não sou eu que tenho que sair do partido, mas sim aquelas pessoas que estão denegrindo a nossa imagem e que não estão de acordo com os ditames do nosso partido. Não somos nós, que ajudamos, com tanta dificuldade, com tantas lágrimas, a escrever a bonita história do nosso PMDB, que temos que sair dele, mas aquelas pessoas que, infelizmente, não compreendem a grandeza e a importância do espírito ideológico do nosso partido. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos tecer alguns comentários acerca da Mensagem nº 51/99, vazada nos seguintes termos: "Sr. Presidente, em cumprimento ao disposto no art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado de Minas Gerais, submeto à aprovação desta Assembléia Legislativa o nome da Profa. Dra. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para integrar o Conselho Estadual de Educação. Na oportunidade, renovo a V. Exa. os protestos de elevada estima e consideração. Governador Itamar Franco".

O Governador encaminha a esta Casa a mensagem supracitada. A referida senhora já foi avaliada, por uma comissão especial, para compor o Conselho de Educação. Estamos nesta tribuna apenas para levantar discussões sobre indicações do Sr. Governador do Estado. De seu foro íntimo, de suas necessidades políticas, nasce um nome para compor o Conselho de Educação. Logicamente, aqui verificando na documentação, a professora cumpre todos os requisitos necessários para fazer parte desse egrégio Conselho que fiscalizará e normatizará a educação no Estado, de acordo com as instruções do MEC, já que somos um Estado federado. Verificamos que a professora é graduada, preenche todos os requisitos exigidos para compor o Conselho, e não seria o PSDB que estaria contra a indicação do Sr. Governador do Estado, até porque reconhecemos na professora todas as qualidades e virtudes necessárias para o exercício de um cargo de tão alta relevância.

Mas a Oposição levanta a discussão exatamente para compor o quadro contraditório, para, por mais perfeita que seja a indicação, encontrar alguma coisa que possa desaboná-la. Muitas vezes existe um critério meramente político, por meio do qual o coeficiente pessoal de alguém, pertencente à máquina administrativa, indica uma pessoa apenas para realizar as vontades políticas de um partido ou pela mera vontade do Governo.

O Conselho de Educação tem que ser o mais isento possível, porque a educação é a mola mestra, é o pilar fundamental para que Minas Gerais e todo o Brasil possam ser bem estruturados. Em todas as reuniões que se fazem nesta Casa, em todas as reuniões que acontecem nas comissões temáticas e especiais, quando se analisa algum problema da convivência humana, com relação aos indicadores sociais, com relação aos problemas que surgem, temos sempre uma via final comum, que é a estrutura. O problema é estrutural, o gargalo é estrutural. E para esse gargalo estrutural só há uma solução, que é a educação do povo. O País, não digo Minas Gerais ou o Sudeste, ainda convive com uma população de cerca de 32% de analfabetos, que não sabem escrever, não sabem ler, não sabem passar sua mensagem. E a linguagem é a coisa mais importante, ou seja, a educação é o principal sustentáculo existencial de qualquer ser humano, sua independência está calcada na educação que tem. Um povo se mede pela educação de suas crianças, principalmente. Hoje está se admitindo que entrem na escola com seis anos, porque nos países do Primeiro Mundo já existem crianças dominando computadores com cinco anos.

Então vejam a seriedade de se indicar criteriosamente uma pessoa para o Conselho de Educação. É por isso que precisamos obedecer à melhor forma dos critérios relacionados. Não digo que queremos uma educação perfeita, porque isso não existe, mas temos que perseguir-la e entender que, no Brasil, de 15 anos para cá, todos os políticos, principalmente nos municípios - os Prefeitos -, estão fazendo esforços para matricular o maior número de pessoas.

Quero prestar uma homenagem ao Governador Eduardo Azeredo, que recebeu prêmios internacionais pela qualidade da educação de Minas Gerais, e não foi apenas um, mas vários. Esperamos que o Governador Itamar Franco também consiga receber da UNICEF e de outras entidades internacionais prêmios para coroar os esforços dos professores de Minas Gerais, que não receberam seu 13º salário até hoje, e não há previsão para recebê-lo este ano. É com esse espírito crítico, mas construtivo, que entendemos as dificuldades de caixa do Governador atual, que ficou complicado devido à moratória decretada. Hoje o Sr. Arminio Fraga não virá a Minas Gerais, porque montou-se verdadeira torre de babel em torno das suas declarações, que, do ponto de vista político, não deviam ter sido feitas, mas são corretas do ponto de vista técnico. Foram inoportunas do ponto de vista político, mas são reflexões que acontecem e que vão repercutir na educação do nosso Estado, e já estamos com um déficit em caixa para a educação e para a saúde.

Queremos dizer aos nossos parlamentares que precisamos, sim, de pessoas da qualidade dessa professora, que obedece a todos os critérios, é uma louvável indicação, e não é o PSDB que criará dificuldades para que seja aprovado, nesta Casa, o nome dela. Portanto, queremos apenas expressar nossa posição neste momento e encerramos nossa palavra. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente, telespectadores da TV Assembléia, gostaríamos de encaminhar a votação da indicação da Profa. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para integrar o Conselho Estadual de Educação. Já temos o parecer, que respeitamos, da Comissão Especial constituída para apreciar a indicação. A professora passou por uma sabatina nessa Comissão Especial. Gostaria, especialmente, de dizer da importância desses instrumentos que a Assembléia Legislativa dispõe para conhecer, conversar e sabatar as pessoas que são indicadas pelo Governador do Estado. Isso é algo importante para o Poder Legislativo, que não deve abrir mão das suas prerrogativas, dadas pelo povo mineiro.

Tivemos oportunidade de ouvir, hoje, pela imprensa, o apelo do Governador do Estado, para que a Assembléia Legislativa o respeite. Consideramos que a Assembléia Legislativa e os Deputados é que devem merecer, por parte do Poder Executivo, o respeito que esperamos em relação à autonomia e à independência que o Poder Legislativo precisa ter para exercer o seu papel no Estado democrático. Lamentavelmente, acompanhamos, reiteradas vezes, não apenas pelo Chefe do Executivo, mas também pelos seus assessores e Secretários, o desrespeito ao Poder Legislativo. Este Poder deve ter todas as condições para, em nome do povo de Minas Gerais, exercer o seu papel fiscalizador. Por isso estamos aqui, na Assembléia.

Além do trabalho que temos no Plenário, estamos prontos para encaminhar a votação e aguardar as outras matérias que estão na pauta da reunião de hoje. Estamos prontos também para a votação, sem abrir mão de que, para votar, é necessário e democrático que haja uma discussão de todos os projetos da pauta. Todos os assuntos da pauta de hoje merecem dos Deputados e Deputadas um cuidado, para votarmos com entendimento e conhecimento, após um debate democrático entre os Deputados.

Gostaríamos de encaminhar favoravelmente a votação da indicação da professora, especialmente apoiado no parecer da Comissão Especial que a sabatinou. Depois de termos examinado o currículo da professora, considerada altamente qualificada pela Comissão, devido a seus cursos e trabalhos publicados, de alto nível, iremos corroborar a decisão da Comissão Especial, que, inclusive, teve a presença de Deputados da Oposição da Casa. O nosso Líder, Deputado Hely Tarquínio, já teve a oportunidade de se manifestar com relação a essa indicação. O PFL teve a oportunidade de compor essa Comissão, estará votando pela aprovação da indicação. Gostaríamos, além de fazer o encaminhamento da votação desse parecer, de discutir as outras matérias constantes na pauta. Vejo meus companheiros do PSDB e também os Deputados do PFL, e aguardamos o momento de votar as outras matérias constantes na pauta.

Gostaria, então, Sr. Presidente, de me posicionar favoravelmente à indicação da Profa. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, estamos aqui para, da mesma forma que os Deputados que nos antecederam na tribuna fizeram, apoiar a indicação da Profa. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para integrar o Conselho Estadual de Educação. Entendemos que, embora haja uma Comissão encarregada de analisar o nome, fazer a sabetina e encaminhar um parecer, todas essas questões têm que ser amplamente discutidas. Não apenas pelo fato de ser um exercício democrático sadio, mas também porque, por detrás de cada indicação e encaminhamento, podemos suscitar alguns fatos ou alguns assuntos importantes para enriquecer o processo e, também, o debate.

No caso específico da professora, ouvimos, pelos oradores anteriores - e estamos acompanhando o processo que encaminha o parecer -, que ela tem um currículo digno, um currículo à altura da missão que irá desempenhar no Conselho Estadual de Educação. Sabemos que é uma pessoa preparada para a função. No entanto, no nosso entendimento, o debate não deve e não pode ficar restrito apenas ao nome da indicada, porque temos de aproveitar este momento para discutir todo o processo e o que representa o Conselho Estadual de Educação, qual é o papel, qual é a missão dessa professora - uma vez indicada, uma vez ratificada pelo Plenário - dentro daquele Conselho e, ao mesmo tempo, analisar o papel que o Conselho tem dentro do quadro educacional de Minas Gerais.

Gostaria de tecer alguns comentários. O primeiro seria com relação ao próprio Conselho em si. O Conselho Estadual de Educação - e nós, como membro da Comissão de Educação desta Casa, temos conhecimento, em virtude da própria natureza do nosso trabalho, além de educador, de professor universitário -, é um órgão altamente burocrático, excessivamente burocrático. Em boa parte, em bons episódios a que é chamado para colaborar, muitas vezes, retarda, atrasa soluções por formalismos, exigências de papéis, formação de processos, que não retratam nada, nem mesmo a realidade. Isso faz com que o desenvolvimento educacional, principalmente no meio universitário, fique um pouco travado em Minas Gerais. São diversos e diversos projetos que estão tramitando naquele Conselho, mas que não andam. O Conselho não funciona. Essa é a grande verdade. São requeridas diversas e diversas faculdades para cidades que têm potencial para tanto, a fim de oferecer ensino superior aos jovens, mas, infelizmente, o Conselho, com o rigor de formalismos impróprios, impede a criação dessas faculdades ou pelo menos atrasa e muito, causando prejuízos, porque, na vida de um jovem, um ou dois anos representam muito. Isso faz com que os jovens do nosso Estado sejam obrigados a sair do interior, das cidades mais longínquas, dirigindo-se para a Capital ou para as grandes cidades, sacrificando-se e à sua formação, onerando suas famílias não só com o pagamento de faculdades, mas com a estadia, cujo custo é muito elevado.

Descentralizar a educação, levar as faculdades para o interior é um bom caminho, sobretudo num Estado gigantesco como Minas, que tem centenas e centenas de municípios. No entanto, o Conselho Estadual de Educação, infelizmente, não está sensível a essa realidade e fica se apegando a pequenos detalhes para impedir que faculdades sejam instaladas. Tenho acompanhado o exemplo da cidade de Muriaé, com cerca de 100 mil habitantes, e que está, há um ano, pleiteando autorização para que uma faculdade de administração funcione lá. Tenho acompanhado esse processo. Está tudo pronto: a Prefeitura ajudou, cedeu o prédio, já existem os equipamentos. Há mais ou menos quatro meses, o Conselho está para marcar uma vistoria no local, a fim de saber se é adequado ou não. Mas não marca tal visita. Portanto, solicitei audiência ao Presidente da Câmara de Ensino Superior, a fim de fazer-lhe um apelo para que o processo possa pelo menos andar.

É dentro desse cenário de dificuldades que essa ilustre professora fará parte do Conselho. Gostaria de aproveitar e fazer-lhe um pedido: que entre com um espírito acadêmico, pedagógico, exigindo rigor, exigindo que tais faculdades sejam bem instruídas, bem formadas, bem edificadas, mas que também veja o aspecto prático, a agilidade dos processos, a realidade do nosso interior, que reclama por eficiência. São papéis e papéis encaminhados para o Conselho. Aquilo que o Conselho pede, as comunidades enfrentam com sacrifício e conseguem formalizar todo o processo, a fim de atendê-lo.

Mas, a parte que cabe ao Conselho - que é justamente essa análise do que foi encaminhado, com a realidade -, (...). O Conselho, infelizmente, é mole, lento, moroso e causa prejuízos sociais. Causa prejuízos ao desenvolvimento educacional em Minas Gerais.

Outro dado importante: está tramitando um projeto de nossa autoria, que regulamenta o ensino superior no Estado. Minas Gerais não tem uma lei que regulamenta o seu ensino superior. Isso também causa uma espécie de buraco negro na área e faz com que o Conselho Estadual exorbite da sua competência, baixando resoluções e normas, regulamentando aquilo que nos cabe aqui regulamentar. Isso é matéria de lei. Temos de ocupar esse espaço. A Assembléia Legislativa tem que trazer para si esse debate e regulamentar essa matéria, para fazer com que o Conselho apenas cumpra a lei e não fique inventando, exagerando, criando procedimentos e burocratizando um processo que não pode ser burocratizado, porque objetiva a educação, a formação e o desenvolvimento educacional do nosso Estado.

Assim, Sr. Presidente, tomo a liberdade de ratificar o nome desta professora e trazer esses dois enfoques: a maneira morosa como o Conselho trabalha e a maneira como o Conselho - na ausência de uma lei que regulamente a área -, extrapola da sua competência, legislando em nome da Assembléia Legislativa e tumultuando o processo.

Espero e faço votos que essa professora, cujo nome deverá ser ratificado pelo Plenário - Profa. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira -, assuma a sua cadeira no Conselho Estadual, com esse espírito de facilitar e não de complicar a vida dos mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, gostaria de parabenizar o Governador Itamar Franco pela feliz indicação da Dra. Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para compor o Conselho Estadual de Educação.

Feliz escolha a do nome dessa eminente professora. Tive a honra de ser o relator dessa mensagem do Governador, por ocasião da Comissão Especial para referendar o seu nome.

Tenho a certeza de que a participação da nova Conselheira será um grande suporte, uma alavanca para a movimentação do Conselho que rege as diretrizes da educação do nosso Estado.

Quero ainda parabenizar o Pe. Lázaro de Assis Pinto, digno, correto e dinâmico Presidente do Conselho Estadual de Educação, que não tem medido esforços na condução do órgão, procurando efetivamente cumprir e acatar as diligências atribuídas pelos Conselheiros. Temos certeza de que o Conselho Estadual de Educação, que arrebanha todos os litígios da educação do nosso Estado, através de várias esferas, tem procurado atender as reivindicações de todo o colegiado.

Acompanhamos, há pouco tempo e de perto, o andamento do nosso processo de credenciamento da Universidade de Pouso Alegre. E com seriedade, determinação e força de trabalho conseguimos, desde o mês passado, a sua aprovação.

Gostáramos, como relator dessa matéria, de ratificar o nome da Conselheira Dra. Lúcia. É um nome que, através do seu vasto currículo, virá sobremaneira engrandecer e contribuir para o bom fortalecimento do Conselho Estadual de Educação. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos avaliar o parecer da Comissão Especial sobre a indicação feita pelo Governador do Estado do nome do Sr. Ronan Gouveia Teixeira para a Presidência da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. O PSDB, na condição de Oposição, quer reafirmar que tem a postura de sempre procurar o melhor caminho, as melhores indicações para compor o Governo de Minas Gerais. Entendemos que o Governador fez uma indicação que passou pelo crivo da Comissão Especial e mereceu a confiança dos componentes dessa mesma Comissão. Vindo a Plenário, essa matéria passa pelo encaminhamento da discussão do nome do Sr. Ronan.

A televisão transformou o mundo em uma aldeia global. É muito importante que as pessoas do ramo da televisão sejam pessoas que preencham todos os requisitos possíveis para o desempenho da função. O Presidente de uma TV vai cuidar da formação do povo, não somente da informação. Essa é uma TV que tem que incorporar nos seus programas, além da informação subliminar e da informação direta, projetos consistentes do Governo que possam formar também o povo, a população de Minas Gerais. Os programas devem ser dirigidos para a formação dos bons costumes. Aliás, uma coisa que o Brasil precisa repensar é como atua a televisão mineira, a televisão brasileira na formação e na sedimentação dos costumes do povo brasileiro. A colonização do povo brasileiro se reflete até na nossa Constituição. Tivemos a influência do trono, da Igreja e dos primeiros dirigentes que aqui chegaram, que admitiram a catequese do índio e a escravidão do negro. Isso nos trouxe um atraso que repercutiu até hoje no desenvolvimento do nosso povo. A medida que os órgãos de comunicação, ao longo do tempo, foram aparecendo e atuando, o nosso povo foi tendo sua formação. Mas não temos tradição. Quem somos? Qual a identidade do povo brasileiro?

Os Estados Unidos tiveram, por exemplo, uma influência direta dos ingleses. O Canadá, por um lado, herdou a influência dos franceses.

Nesse cenário de dificuldades, percebemos que o povo brasileiro, e no caso, especificamente, o povo de Minas, teve uma relação direta com Portugal, até o dia em que ocorreu a nossa independência.

Perdurou, então, por muito tempo, a ignorância e a falta de formação e de informação em nossos costumes. E o Brasil acabou se miscigenando com a influência germânica, e o brasileiro acabou sendo uma polietnia, acabou sendo o produto de várias raças. E sob o domínio de Portugal, mesmo no início do Brasil-Colônia e logo após a independência, demoramos muito. Então, quis me reportar a isso para mostrar a influência da televisão e a importância das pessoas que comandam a televisão pública. Tenho tristeza, por exemplo, de ligar a televisão aos domingos e ver os programas do Faustão e do Sílvio Santos. Qual a consistência para a formação do nosso povo, para a formação de bons costumes, nesses programas? E os filmes são, muitas vezes, programas de violência na televisão. Tudo isso tem de ser repensado. Então, a pessoa que for dirigir uma televisão tem de ter uma formação bastante consciente, consistente, visando aos bons costumes, à boa convivência e à coexistência das pessoas, no caso, do nosso Estado. E numa educação continuada, através da televisão. Ainda não vi projeto de nenhum Governo de Minas Gerais implantado na nossa televisão. Deputado Anderson Aduato, gostaria de aproveitar para sugerir que a nossa televisão também refletisse sobre isso. Qual é o programa que temos para informação e formação do nosso povo, desde a infância, de bons costumes, de seriedade em saldar os compromissos. Não vejo, por exemplo, em filmes, já que se fala tanto em discriminação, nenhuma família pobre e preta matricular o seu filho na escola, à custa de seu trabalho, sem as benesses de proteção política, até eleitorais, uma família formada na base dos bons costumes, ainda que não seja culta, o pai educando os filhos, indo para a escola, matriculando-os no setor público, que cuidará do menino, que merendará na escola e, depois, receberá o seu diploma. Até nas músicas do samba brasileiro: Martinho da Vila tem uma música que fala sobre diploma e diz que nem o Reitor foi entregar o diploma para ele, pela discriminação. Então, é isto que gostaria de ver: um pai de família trabalhar, os filhos chegarem à universidade, através do trabalho da família, da renda familiar. Quer dizer, temos de evitar esses programas de violência. Já temos máquinas de matar eletrônicas, também. Hoje só vemos filmes de guerra, de ficção. Quero louvar o Congresso por estar criando leis para impedir o uso de armas de brinquedo. E mesmo as verdadeiras, também. A seriedade da televisão tem de ser em tudo. Já temos alguns bons programas, mas as televisões que predominam no Brasil, como o SBT e a Globo, não servem de parâmetro, na minha opinião, para a boa formação das pessoas. Então, neste momento, aproveitei para fazer essa digressão, mesmo não estando ligado ao assunto, para mostrar que a pessoa que dirige uma televisão deve passar pelo crivo dos parlamentares que representam o povo de Minas Gerais. Assim, o nosso povo poderá receber uma educação compatível com as nossas necessidades de formar a Nação brasileira, na qual o povo pode se identificar pelos costumes.

Se conseguirmos isso com a educação ao longo do tempo, poderemos fazer uma reforma na Constituição para que seja menos prolixa e paternalista, mais objetiva e mais bem-obedecida. Essa é a nossa visão no que tange à comunicação e à cultura. A televisão é sobretudo cultura, além de informação.

O nosso tempo já está terminando, mas quero dizer que o PSDB louva a indicação do Sr. Ronan. Estaremos votando favoravelmente, porque acreditamos que essa indicação do Governador irá favorecer a formação do povo de Minas Gerais através da televisão. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos à tribuna para encaminhar favoravelmente ao requerimento do ilustre Deputado Paulo Piau, em que solicita que o projeto de reforma administrativa do Governo seja votado parte a parte, artigo por artigo. Temos outros requerimentos para se votarem os destaques, os desdobramentos do projeto.

Estamos de acordo com o Deputado Paulo Piau, em nome do PSDB, porque achamos que esse é um expediente inteligente, democrático. Assim, cada Deputado pode fazer uma análise da proposta de cada artigo que se propõe na reforma do Estado. Temos lá, perdido no meio da proposta, um artigo que suprime a SEAM. Meus senhores, suprimir a SEAM, a Secretaria de Assuntos Municipais, que tinha a finalidade do entendimento e, sendo o veículo de comunicação, na maioria das vezes, entre a Casa Civil e o próprio Governador, representava a forma, o lugar onde chegavam todas as reivindicações dos pequenos municípios mineiros! Se for derrotada essa proposta, os pequenos municípios mineiros vão sentir falta da SEAM, porque, no meio do projeto, criam-se, sub-repticiamente, várias estruturas dentro de uma superestrutura, uma supersecretaria, um supersecretário, um supergovernador, de forma imperial, para mandar em Minas Gerais, e não para governar democraticamente.

É por esses e outros motivos que estamos aqui na tribuna. É para defender a liberdade do Deputado. É para fazer uma análise melhor e votar, ponto a ponto, o projeto, porque, dentro do espírito regimental, muitas vezes o Deputado aprova o projeto como um todo e tem dificuldades, depois, através de outros expedientes e dos desdobramentos do próprio projeto, de votar algum ponto com o qual não concorde. Então, essa questão procede, e muito, justifica-se. Fundamenta muito bem o Deputado Paulo Piau, quando pede a votação em separado, artigo por artigo, porque, aí, vamos corrigir, talvez parcialmente, e fazer a vontade de cada Deputado desta Casa que tenha apresentado uma emenda, que tenha feito uma proposta dentro do projeto, e pode colocar ali a sua visão, o seu voto, de forma a satisfazer os interesses daqueles que aqui representa. É por este motivo que estamos aqui: para encaminhar favoravelmente ao requerimento do Deputado Paulo Piau.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em boa hora o ilustre Deputado Paulo Piau apresenta requerimento propondo que a matéria seja votada por partes, artigo por artigo, mesmo para que este Plenário possa, efetivamente, saber aquilo que está votando e votar conscientemente, não em bloco, como, talvez, desejasse o Governo, como aconteceu nesta tarde, na votação do requerimento do ilustre Deputado Sebastião Costa, quando foi necessária a intervenção da Mesa dos nossos trabalhos para que se procedesse a uma segunda votação, a fim de que a vontade do Governo fosse expressa na votação de sua base, porque o Plenário já havia votado de outra forma. Por isso, mesmo observando o precedente ocorrido, é extremamente importante que a votação seja feita artigo por artigo, para que cada Deputado saiba, com convicção, plenamente, aquilo que está apreciando no Plenário desta Casa, para o povo mineiro. E é importante também para que a matéria seja mais bem discutida, mais bem analisada, para que a votação seja de um projeto que venha efetivamente enriquecer a norma legal do Estado. A Oposição não cria obstáculos para que o Governo possa fazer a reforma administrativa que bem entender. Ele tem a responsabilidade do Executivo e sabe, na sua forma de governar, o que é melhor para o exercício da sua ação governamental. Acontece que a Assembléia Legislativa é também um dos Poderes do Estado e tem a obrigação de acompanhar a ação do Executivo na execução das políticas públicas e na formulação dessas políticas. Evidentemente, um projeto de tal natureza precisa ser mais bem apreciado por esta Casa. Entretanto, por um artifício da base governamental, não foi analisado nas comissões temáticas desta Casa e vem sem uma análise mais profunda para votação em Plenário. É um projeto, em certos aspectos, extremamente importante, e é necessário que seja inserido em nossas normas legais, mas, em outros aspectos, é desastroso.

Estamos vendo, abismados, pasmados, que o Governo do Estado, numa reforma administrativa, propõe a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais, a Secretaria que faz o elo de ligação do Governo Estadual com os municípios. Talvez, para o Governo atual, Minas não seja o somatório dos municípios mineiros, mas sim um ente distante, estranho e apático que governa o Estado, desconhecendo os Governos Municipais. Ontem mesmo tive a oportunidade de vir a esta Casa reclamar do Governo, que não tem feito nada em benefício dos nossos municípios, na promoção do desenvolvimento do Estado. E o Estado caminha para a frente, graças à ação de cada um dos municípios mineiros. Os Prefeitos estão no interior trabalhando, construindo progresso, produzindo desenvolvimento, e vem o Governo do Estado recolher as máquinas das associações microrregionais, tentando inviabilizar que os municípios possam fazer alguma coisa. Quem não dá conta de fazer alguma coisa talvez tenha ciúmes de quem esteja fazendo. Como não faz e o Prefeito está fazendo? Se eu não faço, o Prefeito também não faz. Pare, Minas, talvez seja essa a visão que o Governo do Estado tenha de Minas Gerais, impedindo os municípios de promover o progresso e o desenvolvimento. Acaba com a Secretaria de Assuntos Municipais, tendo criado, há pouco tempo, uma Assessoria de Relações Internacionais. É um absurdo. Acredito que esta Casa não aceitará que o Governo do Estado tenha à sua frente o Governador Itamar Franco.

Encerro dizendo que esse projeto precisa ser mais bem estudado. Não foi analisado nas comissões temáticas, então, que esse Plenário o faça, para votarmos um bom projeto de lei para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, no encaminhamento do requerimento apresentado em que se solicita a votação do projeto de lei que será discutido e votado daqui a pouco, que seja através de votação por partes. Entendemos que o projeto, que se encontra na forma do substitutivo do Deputado Rêmolo Aloise, o relator, já foi amplamente modificado por propostas da Oposição e também por Deputados da base do Governo Itamar Franco.

De forma que o projeto se descaracterizou e se tornou um verdadeiro mosaico de assuntos que fogem à competência e à proposta inicial, que era a reformulação da Casa Civil e a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais, transformando-a em um gabinete, em um apêndice ligado à Casa Civil. A partir daí, vieram outras propostas louváveis. Proposta para a área de segurança pública e propostas até mesmo para a área de saúde, quando se pede a criação de um centro regional de saúde na região da cidade de Paracatu e propostas solicitando a criação de diversas delegacias regionais de segurança pública em várias cidades. Enfim, apareceram até mesmo propostas diferentes e estranhas ao projeto inicial que

não foram aceitas pela Presidência da Casa, que apresenta a sua versão e suas razões de não acatá-las.

Entendo que esse pacote, uma verdadeira caixa de surpresas, precisa ser amplamente discutido, parte a parte.

Tenho certeza absoluta de que Deputados de todos os partidos, não só os da Oposição, PT ou PMDB, gostariam de se manifestar sobre cada item separadamente. Isso é democrático, isso é liberdade, é oportunidade para que a Casa possa pegar cada artigo, analisá-lo e votá-lo. Nós mesmos, do PSDB - e falo por mim - votaremos, tranquilamente, grande parte desse projeto, porque traz propostas bem feitas, bem elaboradas, partindo do Governador, que sente a necessidade de fazer uma reformulação geral.

Aliás, o Governador Itamar Franco deveria fazer ampla reforma também na sua assessoria e nas suas Secretarias, porque, na verdade, tem muita gente que veste a camisa do Governador, mas está na situação de "stand by", de espera, até mesmo para ver o que vai acontecer com ele daqui para a frente. Há quem, se preciso for, hoje, cai de joelhos, jurando fidelidade e amor eterno à Sua Excelência, mas que, em breve, pode mudar de posição. É só questão de tempo. Por isso é que defendo a votação desse projeto, passo a passo.

Estamos aqui cumprindo nossa obrigação. Não tenho outro compromisso a não ser com o meu mandato. Talvez seja um dos Deputados mais assíduos às comissões desta Casa, porque entendo minha função como parlamentar, e, assim sendo, entendo também que votar esse projeto, artigo por artigo, não vai roubar nosso tempo. Pelo contrário, pretendo estar aqui fazendo uma análise crítica, para que o funcionalismo do Estado se sinta assegurado e respaldado pelo Poder Legislativo.

O Deputado Paulo Piau* - Sr. Presidente, gostaria de manifestar-lhes minha preocupação com relação ao que foi dito ontem pelo Deputado Antônio Júlio, com relação ao não-recebimento de emenda pelo Presidente da Casa, pois há uma emenda "frankenstein" aceita, e outra de mesmo teor não aceita. Gostaríamos de saber o porquê disso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência, o requerimento do Deputado Paulo Piau que pede a votação por artigos é muito importante. O projeto que estamos começando a discutir, ou seja, o projeto da chamada reforma administrativa do Estado, não apresenta uma reforma, mas sim um ajustamento da máquina dentro do perfil que o Governador quer. É muito complexo, porque envolve uma gama enorme de assuntos. Dispõe, por exemplo, sobre a organização da Governadoria, a reestruturação da Casa Civil, o setor de turismo, a questão da segurança e, inclusive, sobre a isonomia de salários de reitor. Além disso, cita o Corpo de Bombeiros e extingue a Secretaria de Assuntos Municipais. Esse projeto chegou a esta Casa, e as comissões não fizeram sua análise de mérito. Foi, por perda de prazos, passando de comissão em comissão. O projeto foi desmembrado a requerimento da Oposição, porque se entendia que era complexo, e cada parte deveria ser analisada separadamente, de acordo com os assuntos específicos de cada área. Nada disso aconteceu, e agora estamos no Plenário iniciando a discussão de um projeto que não foi analisado pelas comissões da Casa. É muito temeroso votarmos o projeto sem conhecê-lo, sem debatê-lo. O requerimento do Deputado Paulo Piau tem fundamento, porque, separando-se os artigos, teremos condições de detalhar e analisar todo o seu teor, assim como poderá fazer a sociedade mineira, que nos acompanha através da TV Assembléia. Do jeito que está, pouco se sabe sobre a matéria, pois pouco se aprofundou. Conhecemos apenas de maneira genérica o que se quer com esse projeto, mas não conhecemos suas repercussões. Esse projeto envolve 370 cargos, e poucos sabem disso. E nenhum deles está sendo extinto. Está-se fazendo um remanejamento de setores, mas 370 cargos estão sendo envolvidos. É preciso discutir essa questão. O Governo reclama que a folha está alta e que não tem dinheiro, mas não extingue cargos. Faz uma reforma que troca seis por meia dúzia, e não economiza nada. Portanto, queremos debater artigo por artigo, item por item, para que a sociedade tenha conhecimento real do que se quer com essa reforma, que não é reforma. Estamos vendo que a tática do Governo, no desenrolar do processo legislativo, foi justamente a de abafar o debate, de fugir da análise e de esquecer a discussão. Graças ao esforço sobre-humano da Oposição, estamos obrigando a bancada do Governo e o próprio Governo a submeter seu projeto ao debate público aberto e democrático, para que a sociedade possa, de fato, conhecer as suas reais intenções.

Estamos lutando para que haja discussão. Cada requerimento que apresentamos, cada encaminhamento que fazemos têm o objetivo de suscitar, pelo menos em parte, a discussão desse projeto, porque está difícil um debate aberto, franco, frente a frente, entre o Governo e a Oposição, com o acompanhamento da sociedade. Por isso, defendemos a aprovação do requerimento do Deputado Paulo Piau, entendendo que será a melhor maneira de tratarmos esse assunto de forma transparente, a fim de que a sociedade mineira e os próprios parlamentares possam conhecer em profundidade a matéria, o que estarão votando logo mais neste Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, gostaria de ler o requerimento. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. a votação por partes, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 399/99. Deputado Paulo Piau."

Como esta Casa poderá votar um projeto de tal magnitude, segundo o Governo, criando não sei quantos cargos, dando superpoderes a não sei se Ministro, se Secretário, se Secretário-Ministro, se Ministro-Secretário, enfim, dando à Secretaria da Casa Civil quase que plenos poderes, sem sequer discutirmos a matéria na Comissão de Administração Pública? Isso é um desrespeito ao Poder Legislativo. Não foi discutido, na Comissão de Fiscalização Financeira, o impacto que causará no orçamento do Estado. Está se propondo um absurdo, ou seja, a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais, sem que tal matéria tenha sido discutida na Comissão de Assuntos Municipais, considerada por esta Casa uma das Comissões nobres, que está entre as quatro que têm sete membros. Querem enfiar goela abaixo um projeto absurdo, pela sua incompetência para governar este Estado. Agora, querem que façamos essa votação sem conhecimento. Pergunto: Será que os nobres pares desta Casa, da Comissão de Assuntos Municipais, têm conhecimento de todo o projeto, têm conhecimento do substitutivo? Será que a Comissão de Fiscalização Financeira, da qual faço parte, não sei até quando, mas ainda faço parte, já se debruçou sobre esse projeto, a fim de verificar qual será o impacto financeiro para o Estado? Então, é muito lógico, e tenho certeza de que todos os pares desta Casa votarão a favor deste requerimento.

Tenho a certeza de que a Bancada do PT, que sempre zelou por discutir exaustivamente todos os projetos, não vai aceitar votar a não ser parte por parte, para que seja bem discutido cada um dos artigos.

Parabéns, Deputado Paulo Piau, por ter tido sensibilidade de perceber que esse projeto não pode ser aprovado da maneira como está. Sabemos e vamos discutir isso, quando formos encaminhar duas emendas "frankenstein", que não têm nada a ver com o projeto, ferindo o Regimento, extinguindo a Secretaria de Assuntos Municipais. Vamos discutir isso mais à frente. Queremos discutir artigo por artigo, parte por parte, isso é lógico. E tenho certeza de que, mesmo depois do pito do Governador ou do Secretário na sua base governista, que a base vai votar para que seja discutido parte por parte esse projeto de lei.

Tenho certeza de que, principalmente pela declaração que deu aqui o Deputado Adelmo Carneiro Leão, dizendo que tem realmente absoluta independência para votar, tenho certeza de que quererá discutir, porque sempre souo aos meus ouvidos a reivindicação do PT, de que temos que discutir exaustivamente, fazer audiências.

Claro, agora, neste Governo, mudou um pouco esse discurso. Agora, não querem discutir nada. Mudou só um pouquinho.

Mas, de qualquer maneira, é oportuno, e acho que se V. Exas. votarem a favor estarão, pelo menos, minimizando os riscos de votarmos algo sem profunda discussão.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos neste momento discutindo o requerimento do Deputado Paulo Piau em que solicita votação por partes, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 399/99. Procederá essa solicitação? Ora, como esse projeto tramitou na Casa?

Deputados que me antecederam já questionaram o fato de duas das mais importantes comissões temáticas terem perdido prazo, não terem analisado, debatido ou até colocado essa reforma administrativa em audiência pública, que foram as Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública.

Meus amigos, o projeto que se denomina de reforma administrativa não é analisado, dissecado, amplamente discutido nas comissões temáticas, então, não vemos também outro caminho a não ser discuti-lo detalhadamente, artigo por artigo. Isso deveria ter ocorrido nas comissões temáticas. Mas, por questões táticas, não vou nem dizer estratégicas, os Presidentes dessas comissões resolvem perder o prazo.

Perderam o prazo, eliminando a oportunidade de uma discussão nas comissões técnicas, que são os órgãos técnicos, onde se pode travar uma ampla discussão desse projeto.

Nós, quando tomamos conhecimento do projeto, não conseguimos vislumbrar a visão estratégica do Governo com relação à reforma administrativa, porque é muita pretensão chamar esse projeto de reforma administrativa. O que estamos vendo é apenas um emaranhado de ações, que não seguem uma diretriz política ou estratégica.

O que o Governo quer com esse projeto? O que estamos discutindo, dentro de uma visão estratégica? Não sabemos. Apenas sabemos que se extingue uma Secretaria de Assuntos Municipais. Qual é a política do Governo em termos de interiorização, de descentralização? Não adianta falar em política de valorização dos municípios se a Secretaria que deveria ser a ligação do Governo com os municípios é extinta. Qual a opção que se tem? Será a Secretaria da Casa Civil ou uma subsecretaria a prestar esse serviço? Por que tirar o "status" da secretaria de ligação entre o Governo e o município? Qual é a política do Governo para regionalização?

Criticou-se nesta Casa, por diversas vezes, a descentralização administrativa proposta e realizada no Governo anterior. Mas qual é a proposta alternativa? O que temos hoje para substituir, por exemplo, as regiões administrativas? Nada, nada, nada.

Enfim, é necessário que o Governo deixe o discurso fácil, muitas vezes de cunho demagógico, e apresente propostas concretas. Quando vier com propostas concretas, que elas sejam discutidas nesta Casa e que as comissões temáticas não se fechem para a discussão simplesmente perdendo prazo. Acho que não é esse o caminho para o soerguimento do conceito do Poder Legislativo. O Poder Legislativo deve se preocupar em trabalhar arduamente, levar propostas sérias e trazer a sociedade para discutirmos juntos, para encontrarmos o melhor caminho.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria, também na mesma linha dos meus colegas da Oposição, de dizer da importância de podermos apreciar e votar esse projeto separadamente. É que nós, Deputados da Oposição, embora presentes nas Comissões, não tivemos a oportunidade de apreciar o projeto, que já perdeu o prazo de apreciação e veio para o Plenário da Assembléia Legislativa sem os pareceres de comissões.

A partir dessa análise no Plenário da Assembléia, passamos a identificar vários pontos desse projeto que devem ser mais bem discutidos. Até com a experiência dos próprios Deputados deve-se procurar realizar melhorias e ajustes no projeto. Sei que vários Deputados e Deputadas já contribuíram para a melhoria do projeto, mas não há dúvida de que há outros pontos que devem ser discutidos e merecem uma reflexão.

Quero lamentar, como já o fizeram anteriormente os Deputados Mauro Lobo, Antônio Carlos Andrada e outros, a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais. O Governo, que a todo momento prega pacto federativo, em momento algum respeita a autonomia dos Poderes e desconhece completamente os municípios. Esse Governo promoveu, na Assembléia Legislativa e também lá fora, "road shows" para falar sobre a quebra do pacto federativo. No entanto, no momento de mostrar coerência, extingue a Secretaria que trata do contato do Governo do Estado com os municípios.

Estamos vendo o nosso tempo se esgotar e estamos tratando apenas de um ponto nebuloso e incoerente desse projeto. Mas o projeto é amplo e tem várias emendas que merecem uma discussão cuidadosa por parte dos Deputados. Corremos o risco de aprovar, na Assembléia, algo que vai custar muito para o povo de Minas Gerais. Não tenho dúvida de que a Assembléia Legislativa será cobrada. Ela, que gastou tanto para falar sobre pacto federativo, ignora, numa reforma administrativa, os municípios que compõem o Estado de Minas Gerais. Trata-se de uma discussão importante que deve ser realizada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de iniciar minha fala de outra forma que não fosse com uma palavra de protesto e até mesmo de decepção. Nunca ouvi falar que a presença de Deputados na cantina da Assembléia Legislativa pudesse ser contada como "quorum" de Plenário.

Temos, eventualmente, Deputados em outros bairros da cidade, em suas casas, e peço a Deus que todos nós e nossas famílias estejamos gozando de perfeita saúde e segurança. Isso, no entanto, não é suficiente para justificar uma atitude que se pode classificar de autoritária e desrespeitosa em relação à solicitação de verificação de "quorum" no Plenário da Assembléia Legislativa, feita por um Deputado.

O Regimento determina a necessidade de 39 Deputados presentes no Plenário para votar o projeto que está em pauta. O fato de os Deputados estarem espalhados por aí não é suficiente para a Presidência considerar que haja "quorum" qualificado para o prosseguimento da reunião.

Não obstante as decepções, não obstante os pequenos e os grandes golpes dados no Regimento e na democracia, é preciso seguir em frente, porque alguém tem que representar e defender os interesses da nossa gente.

Subo a esta tribuna, mais uma vez, para dizer da importância do requerimento do Deputado Paulo Piau, que propõe a votação, por partes, artigo por artigo, do Projeto de Lei nº 399/99.

Parece que nenhum Deputado presente neste Plenário tem dúvida da intenção da proposição do Deputado Paulo Piau.

Trata-se de um projeto atabalhoado. Trata-se, na verdade, de uma grande decepção, de um traquezinho, exatamente porque falta comando a este Governo. A partir do Governador, todos os seus comandados não são capazes de elaborar com um mínimo de competência um projeto de reforma da estrutura administrativa do Estado. Todos os tipos de erros, de falhas, de confusões foram cometidos ao longo de todo esse processo de elaboração do projeto, fora os equívocos de conteúdo, que são extremamente graves, os chamados enganos substantivos. Esse inchaço da Secretaria da Casa Civil, cujo titular é muito mais do que um supersecretário, aparentemente é um secretário que manda não apenas nos outros, mas, quem sabe, até no próprio Governador. Equívocos graves como, por exemplo, acabar com a Secretaria de Assuntos Municipais. E não param por aí esses equívocos. Por todas essas razões, gostaria de solicitar a cada Deputado que vote com consciência, com clareza, dando voto favorável ao requerimento do Deputado Paulo Piau, para que possamos votar por partes, artigo por artigo, o Projeto de Lei nº 399/99.

O Deputado Ailton Vilela - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, nesta oportunidade, defender o requerimento do Deputado Paulo Piau, que traz, no seu bojo, a solicitação da votação em partes, analisando artigo por artigo, em virtude de o projeto ser bastante complexo. Ao mesmo tempo em que cria novos órgãos, extingue outros. Cria a Secretaria do Turismo, extinguindo a TURMINAS, órgão de suma importância, que vem desempenhando papel significativo na área do turismo. O projeto trata da extinção da Secretaria de Assuntos Municipais, órgão extremamente significativo e importante como órgão auxiliar do Governo.

Hoje, o Estado possui 853 municípios. E esta Secretaria é, então, um órgão que interliga e cuida dos negócios dos municípios junto ao Governo do Estado. Portanto, os nossos prezados pares precisam analisar com muito cuidado e profundidade a extinção dessa Secretaria, que tantos serviços tem prestado e certamente estará prestando aos 853 municípios do Estado.

Com a extinção dessa Secretaria, haverá a transferência de suas atividades para a Secretaria da Casa Civil, que já tem a sua vida bastante carregada com outras obrigações e atividades. Com isso, todos os mineiros ficarão em dificuldade, porque a Casa Civil não terá condições de dar um tratamento satisfatório, que realmente os municípios necessitam para o seu desenvolvimento e grandiosidade. Portanto, precisa-se analisar profundamente o projeto, antes de votá-lo. Esse requerimento do Deputado Paulo Piau, que trata do desmembramento do projeto, para que possamos votá-lo em partes, analisando cada artigo, é importante. Que votemos com responsabilidade e consciência aquilo que realmente o Estado necessita. Uma reforma administrativa precisa ser bastante estudada, para que os municípios e o Estado possam ter o seu desenvolvimento direcionado, em busca do que é melhor para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, ouvi vários encaminhamentos e não podemos deixar de trazer alguns esclarecimentos acerca dos argumentos apresentados aqui. Quero encaminhar contrariamente ao requerimento, principalmente porque nunca vi aqui essa questão de discutir artigo por artigo. Se o conteúdo me desagrada, voto

contrariamente; se me agrada, voto favoravelmente. Votar parágrafo por parágrafo? Confio na Comissão de Redação para corrigir e apresentar a proposta. Portanto, apesar de respeitar o Deputado Paulo Piau, isso é uma forma de dificultar a votação.

Várias pessoas disseram que o Estado não estava cortando despesas. Agora, a Secretaria é defendida por essas mesmas pessoas que dizem que o Estado não corta gastos extinguindo uma Secretaria.

Sr. Presidente, em relação ao que foi dito aqui, de superpoderes para um determinado Secretário, o Governador precisa ter liberdade para formar a sua equipe. É nessa equipe que confia. O governante escolhe o seu Primeiro-Ministro. Assim como Fernando Henrique escolheu ACM, o Governador Itamar Franco tem toda a liberdade para escolher o homem forte do seu Governo. Não temos de ficar aqui dando palpites nessa questão.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Deputados, nobres colegas, com relação a esse Projeto nº 399, pude acompanhar a discussão da Secretaria de Turismo em especial. Esse é o assunto ao qual vou me limitar, deixando para os nobres colegas transcorrerem sobre os outros itens. É importante, e este é um momento crucial para Minas Gerais. Implantar e priorizar o turismo nessas Minas que precisam buscar um novo foco de alternativa de desenvolvimento torna-se necessário e vem em um bom momento. Porém, Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos nossos colegas para uma emenda colocada pelo Deputado Agostinho da Silveira. Prefiro entender que houve um erro na composição do projeto. O Governo cria a Secretaria de Turismo, tão importante para o nosso Estado, mas, ao mesmo tempo, pega o Pró-Minas, melhor equipamento turístico do Estado de Minas Gerais, e o transfere para a Casa Civil, e não para a Secretaria de Turismo, onde, de direito e de fato, deve estar, para que possamos ter uma Secretaria consubstanciada, com um projeto correto, seguindo o Plano Mineiro de Turismo, respeitando o conselho paritário.

Esperamos votar ainda nesta noite o projeto que leva um substitutivo de minha autoria, pela não extinção da TURMINAS. Ai, sim, teremos um agregado, uma estrutura eficaz, capaz de cumprir o papel não só de abrir os caminhos, porque estes já estão abertos - há seis anos viemos defendendo, não só nesta Casa, mas também na nossa região a necessidade de maior investimento no turismo - mas também de dar continuidade e consubstanciar esse segmento tão importante do setor econômico. Peço a atenção dos colegas com relação à Emenda nº 7, do Deputado Agostinho Silveira, para a qual pedimos destaque. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Carlos Pimenta - Gostaria de fazer o encaminhamento desse projeto que está aí. Nos casos em que temos dúvidas, temos interesse em fazer algumas indagações, levantando questões a respeito do projeto. Faremos isso no momento em que solicitarmos destaque de algumas emendas e de alguns artigos ao projeto.

Gostaria, em primeiro lugar, de lamentar profundamente a ausência, mais uma vez, de representantes dos funcionários públicos estaduais e da Secretaria de Assuntos Municipais, que fizeram uma verdadeira peregrinação pelos gabinetes dos Deputados, solicitando que pudessemos intervir a tempo, antes da extinção dessa Secretaria. Comprometemos a nossa palavra nesse sentido, mesmo porque entendemos que a SEAM é por demais importante, principalmente para as Prefeituras, para os Prefeitos e para os municípios mineiros.

Entendo que o projeto tem suas virtudes, sua importância, mas fere de morte, fere profundamente o funcionalismo público deste Estado. Não foi realizada sequer uma audiência para debater esse assunto. Não tivemos a oportunidade de discutir com os funcionários da SEAM, não sabemos para onde irão, não sabemos se perderão os seus empregos, quais serão as suas condições funcionais, se terão alguma promoção ou se terão alguma desvantagem no seus vencimentos e no seu plano de cargos e salários.

Sinto profundamente que esse projeto esteja hoje nesta situação, numa reunião perturbada, complicada, sem que tenhamos tido oportunidade de ouvir o funcionalismo. Estou nesta Casa há quase cinco anos, e por diversas vezes, por muito menos, essas galerias estiveram lotadas de funcionários, solicitando, pressionando os Deputados, pedindo que pudessemos intervir em seu nome.

Nossos colegas Deputados, do PT, nesta Casa, arregaçaram as mangas, lutaram bravamente, protestaram, brigaram, encheram as galerias para que nada se fizesse contra o funcionalismo. E hoje estamos assistindo, calados, cordeiros, ao desmanche de uma secretaria que deveria estar, pelo contrário, sendo objeto de aperfeiçoamento, de crescimento para atender aos nossos Prefeitos.

Citarei apenas um fato para os senhores: o Ministério do Meio Ambiente, no mês passado, desenvolveu um projeto de recuperação da mata Atlântica, e alguns municípios do Leste do nosso Estado foram incluídos para apresentar seus projetos. Fizeram uma reunião aqui, em Belo Horizonte, na qual foi cobrada dos Prefeitos e dos municípios a quantia de R\$5.000,00 para se fazer um projeto de preservação da mata Atlântica, e a SEAM estava com suas portas fechadas. Entendo que deveríamos estar injetando mais ânimo naquela Secretaria, abrindo suas portas e atendendo seus funcionários, que são pessoas competentes, e não estar, neste momento, acabando com uma das principais secretarias do Estado, transformando-a em um gabinete, em um fundo de cozinha do Palácio da Liberdade e da Casa Civil.

Meus senhores, tenho certeza de que as decisões dos Deputados sobre esse projeto calarão fundo na nossa consciência, e amanhã não quero que digam que contribuí para jogar mais ainda no buraco e tirar ainda mais a esperança do funcionário do Estado de Minas Gerais, principalmente da SEAM.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e presentes nas galerias, voltamos à tribuna para fazer o encaminhamento do projeto de reforma administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais. Trata-se de um assunto bastante conhecido por todos, mas que nos deixa preocupados, principalmente num momento em que ficamos sabendo que o Governador do Estado disse que faz a reforma e que governa Minas Gerais independentemente deste Poder Legislativo.

Mais uma vez o Governador afirma isso, de viva voz, com se não bastasse ter interferido formalmente nesta Casa no primeiro dia, quando foi eleita a Mesa. Agora, numa oportunidade infeliz, declara, no rádio e na televisão, que não precisa de Deputado para comandar os destinos de Minas Gerais. Parece que o Governador perdeu o conceito de política, aquela política que surgiu na Grécia, na "polis", da qual o povo participa e segundo a qual o governo não é apenas de uma pessoa, é de todos.

Isso nos entristece porque macula o conceito e a prática da democracia. Mas, mesmo assim, temos uma palavra-chave, a palavra resistência, que simboliza também desafio. O Poder Legislativo está sofrendo provocações desafiadoras da sua força. Para que tenhamos força, quero conchamar todos os parlamentares para unir em torno do Poder Legislativo, embora tenhamos as nossas diferenças partidárias e de opiniões.

Sr. Presidente, após essa digressão, vamos voltar ao assunto, ao núcleo do problema, que é o encaminhamento que vai acontecer, daqui a pouco, da votação desse projeto. Já falamos, mas não custa repetir, para que isso seja condicionado, marcado na consciência de todos nós e fique na memória contra a prática da não-democracia. O Governador basicamente tira a Secretaria de Assuntos Municipais e a coloca fisicamente também com a presença de seus recursos humanos, com remanejamento de vários funcionários, para a superestrutura da supersecretaria da Casa Civil.

Ele alberga, também, na Casa Civil a Vice-Governadoria. Temos, então, uma dúvida. O Vice-Governador e o Governador, que, em anos anteriores, foram adversários ferrenhos, estarão policiando os atos um do outro? Será que existe sintonia, ou simpatia, no Governo? Mas a política é sempre a da conciliação, e, nesse ponto, parece que o Governador é conciliador. É um pecado mortal a Secretaria de Assuntos Municipais alojar-se na estrutura da Secretaria da Casa Civil. Temos certeza de que os Vereadores que têm força com os Prefeitos, sendo seus emissários, não serão recebidos, porque lá falar com o rei é difícil, e o mesmo acontece para se falar com o "sub-rei". A forma de governar é vertical. Essa Secretaria de Assuntos Municipais, tradicionalmente, sempre recebeu projetos dos muitos municípios mineiros, principalmente os pequenos. Preocupo-me muito com esses municípios pequenos, que, geralmente, não têm nem interlocutor e cujo Prefeito caminha com as forças políticas, conversando com o Secretário, que, de forma amável, discute com ele os projetos e os analisa, pois, às vezes, os recursos aparecem quando os temos caracterizados no orçamento ou por atendimento político. Essa é uma secretaria de atendimento político, em que pese querer dizer que esse orçamento será realístico. Isso não acontece; será um orçamento fictício. Queremos apenas chamar atenção para o fato de que somos contra o todo do projeto e, também, contra essa supersecretaria na Casa Civil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos ouvidos de mercador e cremos que esta Casa também não os tem. Portanto, ficamos preocupados com o viés de

nossa reunião desta noite, porque temos que ter realmente uma definição entre o nosso comportamento nesta Casa e a autoridade da Mesa. Mas queremos voltar ao que interessa, que é o encaminhamento do projeto de lei, que solicitaríamos à assessoria da Mesa que nos trouxesse, por gentileza.

Queremos encaminhar favoravelmente o Projeto de Lei nº 3 99/99, segundo não só uma convicção pessoal, mas também considerando a da Bancada do PPS. Esse projeto é taxado por muitos como uma reforma administrativa. Um representante da Oposição, o Deputado Antônio Carlos Andrada, disse que não se trata disso, com o que concordamos, pois, na verdade, são mudanças administrativas isoladas nas Secretarias, o que não caracteriza uma reforma.

Queremos dizer que, em março de 1995, no primeiro mandato nosso nesta Casa, conforme está registrado no volume 3 dos anais da Assembléia Legislativa, falávamos que cabe ao Executivo governar e ao Legislativo legislar e fiscalizar. (- Lê:)

"Sabemos que não podemos, como legisladores e membros do Poder Legislativo, torpedear um Governo que nasce e assume o Estado, interessado em acertar. Não estamos com essa predisposição de espírito. Pelo contrário, estamos dispostos a ajudar o Governo e aprovar aquilo que nos for enviado de maneira clara e objetiva."

É com esse propósito que declaramos, no nosso primeiro mandato, já em nome da bancada do PPS, que vamos votar favoravelmente ao projeto, porque cabe ao Governo cumprir seus sonhos e suas determinações de campanha.

Acredito que consertar e retirar poder de Secretarias é problema do Executivo que se dispõe a governar. E cabe ao Legislativo votar contra ou a favor. Tenho certeza de que não cabe a parlamentares sensatos quebrar esse espírito de governabilidade.

Para concluir, gostaria de reiterar os nossos votos de congratulações à Presidência por haver rejeitado duas emendas que denominamos de espúrias, e, nesse mesmo discurso, de 1995, condenávamos nesta Casa, como dizer que lamentávamos que um projeto enxuto, conciso, perfeito vá às comissões e comece a receber emendas espúrias, inadequadas, totalmente desvinculadas do projeto.

Por essa razão, queremos parabenizar a Presidência por haver rejeitado, ou melhor, não ter aceito as emendas que tratavam da diminuição de alíquotas do setor moveleiro e da prorrogação do prazo para a anistia fiscal, uma das emendas importantíssimas, mas despropositadas.

Esse é o nosso ponto de vista e tenho certeza de que a Bancada do PPS votará favoravelmente, exceto no caso da Emenda nº 7, em que propomos a manutenção do Pró-Minas, na Secretaria de Turismo. Isso sim, consideramos uma aberração. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 74/99 - Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em centrais privadas de comutação telefônica do tipo Key System (KS). Licitantes habilitadas: Seestel Serviços Especializados em Telefonia e Eletricidade Ltda., Alctel Telecomunicações e Informática Ltda. e Telecon Ltda.